

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

CINTIA GONÇALVES MARTINS

**SIMONE DE BEAUVOIR NA PROVA DO EXAME NACIONAL DO ENSINO
MÉDIO – ENEM E A REPERCUSSÃO NA MÍDIA: A IMPORTÂNCIA DOS
ESTUDOS DE SIMONE DE BEAUVOIR SOBRE A CONDIÇÃO DAS MULHERES
NA FORMAÇÃO DAS/OS EDUCANDAS/OS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

FLORIANÓPOLIS

2016

CINTIA GONÇALVES MARTINS

**SIMONE DE BEAUVOIR NA PROVA DO EXAME NACIONAL DO ENSINO
MÉDIO – ENEM E A REPERCUSSÃO NA MÍDIA: A IMPORTÂNCIA DOS
ESTUDOS DE SIMONE DE BEAUVOIR SOBRE A CONDIÇÃO DAS MULHERES
NA FORMAÇÃO DAS/OS EDUCANDAS/OS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Profa. Doutoranda Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano

FLORIANÓPOLIS

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Martins , Cintia Gonçalves

SIMONE DE BEAUVOIR NA PROVA DO EXAME NACIONAL DO
ENSINO MÉDIO - ENEM E A REPERCUSSÃO NA MÍDIA: A IMPORTÂNCIA
DOS ESTUDOS DE SIMONE DE BEAUVOIR SOBRE A CONDIÇÃO DAS
MULHERES NA FORMAÇÃO DAS/OS EDUCANDAS/OS DA EDUCAÇÃO
BÁSICA / Cintia Gonçalves Martins ; orientadora, Marie
Anne Stival Pereira e Leal Lozano - Florianópolis, SC,
2016.

89 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE
NA ESCOLA.

Inclui referências

1.gênero,. 3. Diversidade . 4. Escola . 5. Simone de
Beauvoir . 6. Enem . I. Stival Pereira e Leal Lozano,
Marie-Anne . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA.
III. Título.

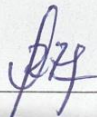
CINTIA GONÇALVES MARTINS

**SIMONE DE BEAUVOIR NA PROVA DO EXAME NACIONAL DO ENSINO
MÉDIO – ENEM E A REPERCUSSÃO NA MÍDIA: A IMPORTÂNCIA DOS
ESTUDOS DE SIMONE DE BEAUVOIR SOBRE A CONDIÇÃO DAS
MULHERES NA FORMAÇÃO DAS/OS EDUCANDAS/OS DA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

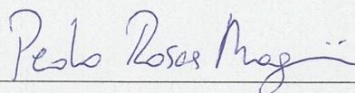
Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

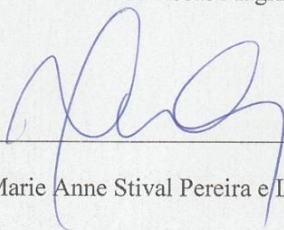


Olga Regina Zigelli Garcia

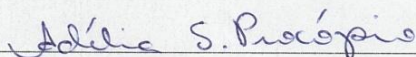
Banca Examinadora:



Pedro Rosas Magrini



Marie Anne Stival Pereira e Leal Lozano



Adélia de Souza Procópio

*Dedico este trabalho às minhas irmãs **Iris e Thais**. Por me apresentarem o mundo da leitura e o universo do conhecimento. Por serem meus maiores exemplos de coragem, de força, de amor e de feministas.*

*À minha mãe **Nena** e ao meu pai **Pedro**, que sempre me incentivaram a seguir meus sonhos com todo o apoio, dedicação e afeição.*

*Ao meu amor e companheiro **Diogo**, por fazer os meus dias mais coloridos com sua luz, vida longa ao nosso amor.*

Aos movimentos feministas que seguem na luta pela construção de um mundo melhor para todxs.

AGRADECIMENTOS

Ao concluirmos uma etapa de tantos estudos e aprendizados como esta da Pós em Gênero e Diversidade na Escola – UFSC faz-se necessário olharmos para o percurso trilhado e gentilmente agradecer aos familiares e amigos que estiveram presentes nesses dois anos, pois sem vocês esse momento não estaria sendo realizado. Uma vez que, a força, a alegria e as inúmeras contribuições de cada um de vocês que fez com que eu chegasse até aqui. Início agradecendo a minha família, que é minha base, minha fortaleza e que amo imensamente com seus defeitos e suas qualidades.

A minha mãe Nena que não mede esforços para que eu conquiste meus objetivos, com sua atenção, amor e preocupações. Ao meu pai Pedro que sempre atencioso me escutava e buscava me compreender nos temas de estudo e da vida.

A minha irmã Iris agradeço por me inserir no feminismo, por ser minha companheira de luta, de debate, de reflexões, por me acolher em seu lar esses dois anos de sextas e sábados em Floripa. Ir para a pós tornava-se mais feliz, pois eu estaria com você. És uma guerreira que sempre tive muito orgulho e afeição.

A minha irmã Thais agradeço especialmente pelo seu afeto, seu carinho que contribuem para que meus dias sejam mais leves e alegres, tenho muito orgulho da mulher forte que tornastes. Agradeço por sempre estar disposta a me ajudar na leitura e correção de meus textos. Obrigada por sempre me ouvir e me apoiar como amiga e como irmã.

Agradeço ao meu amor Diogo, meu companheiro de estudos, de histórias e de vida. Obrigada por estar sempre ao meu lado me apoiando, me incentivando e contribuindo para esse estudo. Sua afetuosidade e carinho contribuíram para que a caminhada seja um percurso mais florido e apaixonante.

Aos amigos e amigas, agradeço a Taise, minha amiga irmã por sempre estar ao meu lado me apoiando, a Suzi, amiga querida que sempre está disposta a me escutar e a contribuir para meus estudos e a Morgana, amiga de longa data que nesses dois anos de pós conseguimos ficar mais próximas e unidas na luta feminista e por um mundo melhor.

As novxs amigxs que o GDE possibilitou, a Fabi, companheira de estudos e de apoio, a Erica, Aline, Patrícia, Lú, Nelson, enfim, a todxs as companheirxs da turma Donna Haraway e das outras turmas e polos do GDE, pelas trocas de experiências e vivências, pelas histórias e

emoções compartilhadas. Cada uma de vocês contribui para construir a profissional que busco ser.

As tutorxs presenciais e a distância da pós, em especial a Gisele que nos acompanhou desde o início e mesmo não permanecendo mais na tutoria esteve presente com suas contribuições via Watts. Gisele, obrigada pela dedicação, que você tenha muito sucesso em sua vida, pois é merecedora.

Agradeço imensamente a minha orientadora Marie, que se fez presente mesmo a distância a cada passo dado para concluirmos este estudo. Muito Obrigada por tudo professora e espero que a vida nos possibilite muitos outros encontros.

A professora Olga que acompanhou todo nosso processo de aprendizado com muita garra e dedicação, contribuindo com seus ensinamentos para nossa formação.

Sou muito grata ao Jonatan, secretário do GDE, sempre disposto a ajudar e sancionar as dúvidas.

Agradeço a minha orientadora do mestrado e grande amiga Giani, pelo apoio em realizar essa pós concomitante ao mestrado. Gratidão sempre por tudo.

Agradeço ao financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC), através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradeço, principalmente, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate à fome, ao racismo, ao sexismo, à lesbofobia, à homofobia, à transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano de 2016 quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Meu agradecimento final vai a todas e a todos aquelas/es que estiveram presentes nesses dois anos de especialização, muito obrigada por contribuir por mais esse momento especial em minha vida. Aos que buscam construir um mundo melhor para cada ser existente neste planeta, lutando por igualdade e respeito à diversidade, o meu muito obrigada.

Tranque as bibliotecas, se quiser; mas não há portões, nem fechaduras, nem cadeados com os quais você conseguirá trancar a liberdade do meu pensamento.

Virginia Woolf

Que nada nos limite, que nada nos defina que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre.

Simone de Beauvoir

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar a repercussão em dois sites jornalísticos sobre a questão da prova do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem de 2015, que trouxe na prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias uma questão acerca da citação proferida por Simone de Beauvoir (1949), no livro *O Segundo Sexo*, publicado na França em 1949. O Exame Nacional do Ensino Médio – Enem foi criado em 1998 no governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), vinculado ao Ministério da Educação, tendo por objetivo diagnosticar por intermédio de uma prova com questões objetivas e uma redação, o desempenho das/os estudantes ao concluírem a educação básica, com a intenção de melhorar a qualidade do nível de escolaridade. (MEC, 2016). Os Jornais eletrônicos escolhidos para essa investigação são o G1 – site vinculado à rede Globo de comunicação - e o Pragmatismo Político – que se classifica como um jornal de cunho independente. As reportagens apresentadas nos sites e os comentários realizados pelas/os leitoras/os das páginas virtuais dos jornais foram analisadas com o intuito de problematizar a repercussão que ocorreu sobre a questão da prova. Haja vista, que a questão suscitou polêmicas opiniões sobre Simone de Beauvoir, bem como sobre o debate do termo gênero nas escolas brasileiras. O presente trabalho teve por objetivo, analisar como ocorreu a repercussão dessa questão da prova do Enem na mídia, e de que modo essa discussão contribuiu para a discussão da categoria de análise Gênero nas instituições escolares de Ensino Médio brasileiras. Tendo como principal categoria analítica o conceito de gênero (SCOTT, 1995). A pesquisa buscou dialogar com autoras/es que utilizam a categoria de análise gênero em suas pesquisas, como Joan Scott (1995), Carla Bassanzi Pinsky (2003), Joana Maria Pedro (2003; 2005), Guacira Lopes Louro (1997), Margareth Rago (1998), Magda Guardalupe dos Santos (2014), Joana Vieira Borges (2007), Mareli Eliane Graupe (2014), Lúcia AuleteBúrico Souza (2015) Elizete Passos (1999), Tânia Welter (2015), entre outras. Para alcançarmos o objetivo dessa pesquisa, utilizamos como metodologia a leitura e análise dos conteúdos apresentados nos sites escolhidos. Portanto, essa investigação é do tipo documental com análise de conteúdo, de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória. Os resultados alcançados nesta investigação demonstram as contribuições das mídias digitais, por intermédio das páginas jornalísticas virtuais para a disseminação dos estudos de gênero na escola.

Palavras-chave: Gênero. Diversidade. Simone de Beauvoir. Exame Nacional do Ensino Médio - Enem.

ABSTRACT

The present research sought to analyze the repercussion in two journalistic sites on the issue of the test of Exame Nacional do Ensino Médio – Enem of 2015, which brought in the test of Human Sciences and its Technologies a question about the quotation given by Simone de Beauvoir (1949), Published in France in 1949. The Exame Nacional do Ensino Médio – Enem de 2015 - Enem was created in 1998 in the presidential government of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), linked to the Ministry of Education, with the objective of Through a test with objective questions and a wording, the performance of the students upon completion of basic education, with the intention of improving the quality of the level of schooling. (MEC, 2016). The electronic journals chosen for this investigation are the G1 - site linked to the Globo network of communication - and *Pragmatismo Político* - which ranks with an independent journal. The reports presented on the websites and the comments made by the readers of the virtual pages of the newspapers were analyzed in order to problematize the repercussion that occurred on the issue of proof. It should be noted that the question raised controversial views on Simone de Beauvoir as well as on the debate of the term gender in schools. The purpose of this study was to analyze how the impact of this issue of the Enem test in the media occurred and how this discussion contributed to the discussion of the category of gender analysis in Brazilian high school institutions. Having as main analytical category the concept of gender (SCOTT, 1995). The research sought to dialogue with authors who use the category of gender analysis in their researches, such as Joan Scott (1995), Carla Bassanzi Pinsky (2003) Joana Maria Pedro (2003; 2005), Guacira Lopes Louro (1998), Magda Guardalupe dos Santos (2014), Joana Vieira Borges (2007), Mareli Eliane Graupe (2014), Lúcia Aulete Búrico Souza (2015) Elizete Passos (1999), Tânia Welter (2015), among others. To reach the objective of this research we had used as methodology the reading and analysis of the contents presented in the chosen sites. Therefore, this research is documentary type with content analysis, qualitative, descriptive and exploratory approach. The results obtained in this research demonstrate the contributions of digital media, through the virtual journalistic pages for the dissemination of gender studies in school.

Keywords: Genre. Diversity. Simone de Beauvoir. Exame Nacional do Ensino Médio -Enem.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01: Recorte da Prova do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, Prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias - Questão 01.....	54
Figura 02: Recorte da página virtual do site do jornal G1 - Enem 2015: Questão Sobre Feminismo é Comentada nas Redes Sociais.....	61
Figura 03: Recorte da página virtual do site do jornal G1 - Enem 2015: Questão Sobre Feminismo é Comentada nas Redes Sociais.....	63
Figura 04: Recorte da página virtual do site do jornal G1 - Comentários produzidos pelas/os internautas leitoras/es.....	66
Figura 05: Recorte da página virtual do site do jornal Pragmatismo Político – Após Enem, internautas editam página de Simone de Beauvoir na Wikipédia.....	69
Figura 06: Recorte da página virtual do site do jornal Pragmatismo Político – Comentário de um leitor.....	72

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associações Auxiliares da Escola	AAEs
Educação a Distância	EaD
Exame Nacional do Ensino Médio	Enem
Fundo de Financiamento Estudantil	FIES
Gênero Diversidade na Escola	GDE
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	INEP
Leis de Diretrizes e Base	LDB
Ministério de Educação e Cultura	MEC
Parâmetros Curriculares Nacionais	PCN
Plano Nacional de Educação	PNE
Programa de Pós Graduação em Educação	PPGE
Programa Universidade para todos	PROUNI
Sistema de Avaliação da Educação Básica	SAEB
Sistema de Seleção unificada	SISU
Trabalho de Conclusão de Curso	TCC
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 DE SIMONE DE BEAUVOIR A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA ANALÍTICA GÊNERO NAS ESCOLAS.....	22
2.1 SIMONE DE BEAUVOIR E O CONTEXTO HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DO LIVRO O SEGUNDO SEXO.....	23
2.2 O MOVIMENTO FEMINISTA E A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA GÊNERO.....	31
2.3A IMPORTÂNCIA DO DEBATE DE GÊNERO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS.....	40
3 O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM E A PERGUNTA DE SIMONE DE BEAUVOIR	48
3.1 O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM: SUA IMPLEMENTAÇÃO E FINALIDADES.....	48
3.2 A PROVA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS: QUESTÃO 01 “NINGUÉM NASCE MULHER TORNA-SE MULHER”.....	53
4 A REPERCUSSÃO DA QUESTÃO 01 DO CADERNO DE PROVAS DA ÁREA DA CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO NO ANO DE 2015.....	58
4.1 A REPERCUSSÃO DA QUESTÃO DA PROVA DE SIMONE DE BEAUVOIR NO JORNAL VIRTUAL G1.....	59
4.2 A REPERCUSSÃO DA QUESTÃO DA PROVA DE SIMONE DE BEAUVOIR NO JORNAL VIRTUAL PRAGMATISMO POLÍTICO.....	67
4.3 A QUESTÃO DA PROVA APRESENTADA EM OUTRAS PÁGINAS DA INTERNET.....	72
5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA: UM JORNAL ESCOLAR PRODUZIDO PELAS/OS ESTUDANTES.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	89

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC da Especialização de Educação a Distância - EaD em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, buscou analisar a repercussão que ocorreu em dois sites jornalísticos – *GI* e *Pragmatismo Político* -, relacionados à questão da prova do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, realizada nos dias 24 e 25 de outubro de 2015, que trouxe no caderno de Ciências Humanas e suas Tecnologias uma questão acerca da frase retirada do livro *O Segundo Sexo volume 02 - A experiência vivida* da filósofa existencialista Simone de Beauvoir.

O Exame Nacional do Ensino Médio – Enem foi criado em 1998 no governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), vinculado ao Ministério da Educação – MEC, e organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, tendo como objetivo diagnosticar, por meio de uma prova com questões objetivas e uma redação, o desempenho das/os estudantes brasileiras/os quando terminam a educação básica, com intenção de melhorar a qualidade desse nível de escolaridade (MEC, 2016).

O meu interesse em problematizar a repercussão da questão da prova do Enem se deu baseado em minha trajetória acadêmica como pesquisadora na área de *Gênero e História da Educação*, especialmente durante a construção do meu trabalho de dissertação do Mestrado em Educação no Programa de Pós Graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – PPGE /UNESC, - que será defendido em Fevereiro de 2017 - no qual analiso a representação das mulheres e da maternidade nos Jornais Escolares *O Estudante Orleanense*, produzidos por alunas/os¹e professoras/es da Escola de Educação Costa Carneiro do Município de Orleans – SC , entre os anos de 1949 a 1973, na época denominado de Grupo Escolar Costa Carneiro. Tal estudo busca problematizar o discurso biológico sobre o que é ser mulher/mulheres nos vários gêneros literários descritos no Jornal Escolar, o qual vincula as mulheres ao destino biológico da maternidade.

¹Minha escrita nessa pesquisa utilizará os plurais primeiro no feminino seguindo com a /o nas palavras que incluir flexão de gênero gramatical feminino e masculino. Sendo esse é um posicionamento político feminista que demonstra o sexismo da língua portuguesa que utiliza o masculino na gramática como regra universal. Esse modelo de escrever foi observado no trabalho da pesquisadora e feminista Joana Maria Pedro (2005). Compreendendo a importância dessa forma de representação na linguagem que busco utilizar-me dessa modelo de escrita.

Nessa perspectiva, utilizo como principal referência os estudos de Simone de Beauvoir sobre o destino biológico e a maternidade, assim busco relacionar os escritos da filósofa sobre a condição das mulheres, em especial na obra *O Segundo Sexo*, volume um (1) *Fatos e Mitos* (1949) e o volume dois (2) *A Experiência Vivida* (1949). Ambas as obras contribuem para a crítica da condição feminina e da maternidade enquanto destino natural, pensamento difundido nas páginas do Jornal Escolar “O Estudante Orleanense”.²

Ainda no âmbito do Mestrado em Educação – PPGE/UNESC, realizei duas disciplinas relacionadas a *Gênero e Educação*. No Primeiro Semestre de 2015, realizei a disciplina *Gênero, Educação e Trabalho* e no Segundo Semestre de 2016 a disciplina *Gênero e Educação: Contribuições de Simone de Beauvoir para a educação*, ambas oferecidas pelas professoras Doutoras Giani Rabelo e Giovana Ilka Salvador. Tais disciplinas foram de fundamental importância para compreender a importância do debate de Gênero nas escolas, bem como para conhecer a obra de Simone de Beauvoir e suas contribuições para a emancipação feminina.

Nesse sentido, tanto a minha pesquisa de dissertação quanto as disciplinas no Mestrado em Educação da UNESC, igualmente com o ingresso e os estudos realizados na Pós em Gênero e Diversidade na Escola/UFSC, oportunizaram-me o acesso ao suporte teórico para a compreensão dos conceitos que permeiam o entendimento da categoria Gênero, sendo fundamentais para a materialização científica/acadêmica das compreensões empíricas que realizava sobre as questões de gênero do meio social em que estou inserida. Os debates e as trocas de experiências realizadas com as/os colegas e professoras/os da Pós GDE/UFSC, contribuíram fundamentalmente para que eu compreendesse a importância e a necessidade de levarmos o debate de gênero para as escolas brasileiras e enfatizaram também a importância da minha militância como mulher e feminista.

No ano de 2015, acompanhei o debate sobre a introdução do termo Gênero nas escolas e a sua retirada nos Planos Municipais e Estaduais de Educação (PME e PEE, respectivamente). Do mesmo modo que observei a repercussão nas mídias sociais, como: *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, igualmente nos sites de informações jornalísticas, como o *GI*, *Pragmatismo Político*, *Empresa Brasil de Comunicação*, *Brasil de Fato*,

²Essa pesquisa está sendo orientada pela Professora Doutora Giani Rabelo. Email: gra@unesc.net.

Carta Capital, Terra, BBC Brasil entre outros, relacionados à divulgação após a publicação dos cadernos de provas do Enem 2015 que trouxe na prova de Ciências Humanas a questão baseada na frase de Simone de Beauvoir, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2009, p. 361).

Desse modo, acredito ser de fundamental importância discutirmos as contribuições que a filósofa tem para a construção de uma educação emancipadora que traga o debate sobre gênero dentro dos educandários. O debate de Gênero nas escolas contribuirá para alcançarmos uma educação construída com base nos direitos humanos, fundamentadas nas pesquisas científicas e filosóficas, das quais se busca o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

Simone de Beauvoir, entre outras pesquisadoras,³ questionou a condição nas quais as mulheres estavam imersas no meio social, afirmando que não são as características biológicas, psíquicas ou econômicas que definem como as mulheres se constituem socialmente, mas o meio sociocultural em que elas estão inseridas que irá determinar o imaginário social do que é ser mulher/mulheres – e também o que é ser homem/homens-, questionando os argumentos construídos nas sociedades que tendem a naturalizar os atributos considerados femininos e masculinos. Tal pensamento, foi fundamental para a construção da Categoria de Análise Gênero, desse modo faz-se necessário compreender as contribuições que os estudos de Simone de Beauvoir sobre a condição das mulheres têm para o debate de gênero e diversidade nas escolas.

Assim, a problemática central do presente trabalho foi buscar compreender como ocorreu a repercussão nos sites Jornalísticos *GI e Pragmatismo Político*, sobre a questão da prova de Ciências Humanas do Enem 2015, que apresentou um questionamento sobre a formação do movimento feminista e sobre a igualdade de Gênero, utilizando-se como suporte teórico a frase de Simone de Beauvoir.

As questões orientadoras da pesquisa são: Como os Jornais *GI e Pragmatismo Político* abordaram a repercussão da questão feminista da prova do Enem? De que modo a questão da prova mostra-se relevante para o debate de gênero na escola? Quais as contribuições que os estudos de Beauvoir possibilitam para a introdução dos debates de Gênero na Escola? Tais perguntas têm por objetivo analisar e problematizar as

³Entre as várias pesquisadoras podemos citar: Mary Wollstonecraft (1759-1797); Nísia Floresta (1810 – 1885) Virginia Woolf (1882-1941); Nancy Fraser (1947); Betty Friedan (1921-2006); Audre Lorde (1934-1992), entre outras.

reportagens apresentadas nos referidos sites e os comentários realizados pelas/os leitoras/os na página virtual dos dois jornais, com o intuito de problematizar a repercussão que ocorreu sobre a questão da prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias do ENEM 2015. Assim, os objetivos específicos deste trabalho são: (1) Investigar a repercussão sobre a questão da prova nos dois sites jornalísticos *GI e Pragmatismo Político*; (2) Ponderar a importância que a questão teve para suscitar o debate da categoria de análise gênero no ambiente escolar; (3) Analisar as contribuições apresentadas por Beauvoir sobre a condição das mulheres para o debate de gênero e diversidade nas escolas; (4) Propor uma intervenção por intermédio de um Jornal Escolar produzido pelas/os estudantes, junto à comunidade escolar, para possibilitar o debate de gênero e diversidade na escola.

O critério de escolha dos sites Jornalísticos – *GI e Pragmatismo Político* - para essa pesquisa se deu de forma aleatória. Todavia, é importante salientar que tais sites são considerados de cunho político antagônicos, sendo que o site de jornalismo *GI* está vinculado à maior emissora de comunicação do Brasil - a Rede Globo - criticada por alguns leitoras/os por suas manipulações e por opiniões de caráter político mais conservador; e o segundo jornal virtual a ser analisado é o *Pragmatismo Político*, que se classifica como uma página de jornalismo e opinião de cunho político crítico e de independência editorial, sem interferências de ideologias capitalistas. Contudo, tais mídias mesmo sendo adversas na divulgação de notícias, contribuem para a formação de opinião, bem como, para a construção das representatividades da população que a lê.

Nessa perspectiva, a relevância dessa investigação justifica-se pelo entendimento que tais meios de comunicação de grande acesso e circulação na internet contribuem para a formação das opiniões de massa. Sendo que o modo como algumas mídias virtuais, sites de informação e jornalismo da internet brasileira, relatam sobre a filósofa, bem como sobre a categoria de análise Gênero, assim demonstrando uma população que desconhece o conceito de gênero, bem como quem foi Simone de Beauvoir, assim como demonstra uma sociedade dividida entre a introdução do debate da categoria de análise gênero nas escolas, isto é, entre os que concordam e os que não concordaram que esse debate seja realizado nos educandários brasileiros. Ocorrendo também nos meios de comunicação, movimentos que hostilizaram e que conceberam inverdades sobre a trajetória da escritora e filósofa, tentando desqualificar a importância de seu trabalho para a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Sendo assim, este trabalho teve como proposta desconstruir tais inverdades, por intermédio da pesquisa acadêmica sobre a importância que a autora teve e ainda tem para a emancipação feminina, bem como para a superação da sociedade patriarcal, que é reforçada nos educandários por meio das práticas pedagógicas cotidianas e da cultura escolar. Parto também do pressuposto de que as repercussões negativas sobre a introdução do debate de gênero nas escolas e, igualmente sobre a figura de estudiosa/os feministas como Beauvoir, nas principais mídias de informação da internet contribui para o afastamento da introdução dos estudos da categoria de análise gênero nas escolas.

Nesse sentido, entendo que inserir os estudos de gênero nas escolas faz com tenhamos a possibilidade de construirmos uma nova “cultura escolar” (VIÑAO, 2002) voltada para uma educação igualitária e democrática, na qual a construção do conhecimento terá como base o respeito à diversidade cultural, étnica e de gênero, dentre outras. Sendo necessária tal análise para combatermos os estereótipos que foram construídos nos meios de comunicação sobre a filósofa, bem como sobre o que é a categoria de análise gênero, e assim reforçando sua importância dentro dos debates no meio educacional.

Para que os objetivos dessa pesquisa tenham sido alcançados utilizei como metodologia a leitura e análise dos conteúdos apresentados nos sites. Desse modo, essa investigação é do tipo documental com análise de conteúdo, de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória. A pesquisa de cunho qualitativo segundo Andréia Barreto et al (2015, p. 233) “possui um conjunto de técnicas de coleta de dados. As técnicas mais conhecidas e utilizadas são a observação, a entrevista, o grupo focal e a análise de documentos.”. De acordo com Andréia Barreto et al (2015 p. 250) no âmbito da pesquisa qualitativa,

Cabe acrescentar que a internet tem sido cada vez mais utilizada como um campo de pesquisa relevante, a partir do momento em que a comunicação torna-se mais e mais mediada pela tecnologia da informação. Em grande parte, esta comunicação se dá através de sites que envolvem uma complexa operação de produção, incluindo elementos de áudio e imagem, traduzindo uma nova forma de apresentação de pessoas e de produtos, e novas maneiras de interação e consumo.

Desse modo, o trabalho teve como intenção a análise de matérias específicas sobre a questão do Enem de dois sites jornalísticos de circulação virtual, dos quais tiveram seus conteúdos analisados e problematizados, entendendo assim que os meios

de comunicação virtual, nesse caso, os sites jornalísticos, são produtores de uma ampla produção documental virtual.

Para Ana Daniella Damaceno et al (2009), o método de pesquisa documental busca compreender a realidade de determinados sujeitos em tempo e espaços específicos de forma indireta por meio da análise dos inúmeros tipos de documentos produzidos pelos sujeitos ao longo da história da humanidade. Assim, o conceito de documento,

[...] ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador. (FIGUEIREDO, 2007 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 05).

Assim, compreende-se por documento toda a produção humana escrita ou não escrita em que estão agrupados nos mais variados suportes materiais, digitais e virtuais das diversas sociedades que os reproduzem. Para Damaceno et al (2009, p. 456), o documento como uma produção social “manifesta o jogo de força dos que detêm o poder. Não são portanto, produções isentas, ingênuas; traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço.”

Segundo Roger Chartier (1998), nenhum documento é neutro, imparcial e seu conteúdo, suporte encontra-se dentro de um emaranhado de conflitos e tensões fazendo-se necessário que o/a pesquisador/a decifre suas particularidades.

Nesse sentido, Eliana Mimese Prado (2010) salienta para a importância da leitura nas entrelinhas dos acontecimentos que a documentação comporta, ou seja, os conteúdos devem ser questionados, problematizados, analisados criteriosamente para compreender quais caminhos foram trilhados para alcançar os objetos de investigação independente do suporte documental utilizado pelos pesquisadores.

Assim, o método de Análise de conteúdo contribui para que possamos explorar, perquirir e indagar os documentos investigados neste trabalho. Compreendendo a metodologia de análise de conteúdo como um “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados (BARDIN, 1995, p. 09).” Com

tal característica que “permite ao pesquisador o entendimento das representações que o indivíduo apresenta em relação a sua realidade e a interpretação que faz dos significados a sua volta (SILVA et al, 2005, p. 74).”

Dialogando com Laurence Bardin (1995, p. 45), a autora busca diferenciar sistematicamente em sua obra o método de análise de conteúdo e o método de análise de documental. Desta maneira, a autora definiu três pontos relevantes para essa diferenciação:

- A documentação trabalha com documentos: a análise de conteúdo com mensagens (comunicação).
- A análise documental faz-se, principalmente por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo.
- O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem. (BARDIN, 1995, p. 45,)

A partir da definição apresentada pela autora, podemos constatar que essa pesquisa trabalha com o método de análise de conteúdo utilizando-se de determinados documentos, que neste caso seriam dois sites jornalísticos – *GI e Pragmatismo Político* -, e seus conteúdos relacionados à repercussão da prova do Enem 2015, sobre a questão que faz referência aos estudos de gênero.

Assim, utilizando uma das técnicas da análise de conteúdo que consiste em organizar as temáticas apresentadas no conteúdo dos sites para que assim possamos realizar a análise dos temas apresentados nos sites, construí uma planilha utilizando a ferramenta Microsoft Office Excel (2007) para quantificar os dados e assuntos apresentados nos sites e igualmente sistematizar os comentários dos internautas leitores dos jornais, para que assim seja possível a análise do conteúdo apresentado em cada página virtual.

Desconhecemos trabalhos acadêmicos que já tenham tratados da temática central deste trabalho, apenas encontramos o texto apresentado pela revista *Motrivivências da UFSC*⁴ com autoria de Maurício Roberto da Silva, Giovani de Lorenzi Pires e Rogério

⁴ Periódico científico do campo do conhecimento que engloba a Educação Física, Esporte e Lazer, tem circulação quadrimestral e é publicada sob a responsabilidade editorial do LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva - www.labomidia.ufsc.br. Conta com o apoio do NEPEF/CDS/UFSC - Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física do Centro de Desportos/UFSC, e do Portal de Periódicos da Biblioteca Universitária da UFSC - www.periodicos.ufsc.br. (Motrivivência, 2016)

Santos Pereira (2015) que apresentam para as/os estudiosas/os da área da educação Física chamada de artigos relacionados aos desafios enfrentados com o cenário político conservador brasileiro. O artigo apresenta um panorama da situação do Congresso brasileiro em 2015, isto é, a retomada das discussões conservadoras e patriarcais que estão ganhando espaço no cenário político nacional e o reforço de tais discursos por meio das mídias (televisão, rádio, sites da web, entre outras). Todavia, é importante salientar que o texto não é teórico sobre as questões de gênero, mas apresenta problemáticas fundamentais para a compreensão do cenário político brasileiro no ano de 2015, bem como, realiza uma breve reflexão sobre a importância da questão da prova de Simone de Beauvoir para o debate sobre a construção da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNC). O texto possibilita assimilar de forma lúdica essa discussão para que possamos adentrar nesse debate compreendendo as mazelas do cenário político brasileiro.

A pesquisa buscou dialogar com autoras e autores que utilizam a categoria de análise gênero em suas pesquisas, como Joan Scott (1995), Carla Bassanzi Pinsky (2003), Joana Maria Pedro (2003; 2005), Guacira Lopes Louro (1997), Margareth Rago (1998), Magda Guardalupe dos Santos (2014), Joana Vieira Borges (2007), GRAUPE, Mareli Eliane Graupe, Lúcia AuleteBúrico Souza (2015) Elizete Passos (1999), Tânia Welter (2015), entre outras.

Para sistematizar as discussões e os resultados desse estudo, construímos quatro (4) capítulos. O primeiro capítulo intitulado “De Simone de Beauvoir a Importância da Categoria Analítica Gênero nas Escolas” buscou analisar a importância que os estudos de gênero têm para a construção de uma educação democrática e igualitária nas escolas brasileiras, apresentando inicialmente uma breve narrativa sobre a trajetória da autora Simone de Beauvoir, utilizada como referência na prova do Enem – 2015 como uma das pesquisadoras que contribuiu para a construção da categoria analítica gênero. Assim, pretendeu-se realizar uma sucinta contextualização histórica da produção do livro *O Segundo Sexo – Volume 01 – Fatos e Mitos e o Volume 02 – A experiência vivida (1949)* do qual foi retirada a frase que compôs a pergunta. Na sequência, buscamos apresentar como a categoria de gênero foi construída dentro dos movimentos sociais de mulheres e feministas.

Acreditando na relevância da contextualização para analisarmos os conteúdos que são proferidos pelos internautas sobre os movimentos feministas, isto é, faz-se

necessária essa elucidação para compreendermos a falta de fundamento teórico dos argumentos utilizados pelas/os internautas. Por último, argumento sobre a importância dos estudos de gênero nas escolas brasileiras, demonstrando como a introdução da análise de Gênero pode contribuir para a organização de uma educação baseada no respeito à diversidade.

O segundo capítulo “O Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e a pergunta de Simone de Beauvoir” buscou apresentar o Enem e suas finalidades, para que possamos compreender a proeminência de sua execução e conseqüentemente dos temas apresentados em suas perguntas e na redação. Prosseguindo com a análise da questão da prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias que apresentou uma citação retirada do livro de Beauvoir.

No capítulo três denominado “ A Repercussão da questão 01 do Caderno de Provas da Área de Ciências Humanas e Suas Tecnologias no Exame Nacional do Ensino Médio no ano de 2015”, procurei analisar de que modo os sites jornalísticos *GI e Pragmatismo Político* apresentaram a repercussão da prova do Enem que apresenta a questão com a citação de Beauvoir. Portando, contextualizamos brevemente a criação das duas mídias, com o objetivo de compreendermos sua relevância para a formação de opinião de massa. Na sequência analiso as páginas e as matérias, bem como os comentários produzidos pelas/os internautas leitores de cada site; e, por último, apresento outras páginas da web que realizaram reportagens sobre a questão da prova do Enem 2015 e a citação de Simone de Beauvoir.

O quarto capítulo, “A Proposta de Intervenção na Escola: um Jornal Escolar produzido pelas/os estudantes” tende-se a apresentar uma proposta de interferência para ser aplicada nas escolas brasileiras. Tratando-se de um Jornal Escolar impresso ou virtual produzido pelas/os estudantes, com o objetivo de ser discutido, trabalhado, apresentando as questões sobre gênero e diversidade na escola.

2 DE SIMONE DE BEAUVOIR A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA ANALÍTICA GÊNERO NAS ESCOLAS

O primeiro capítulo desta pesquisa buscou analisar a importância que os estudos de gênero têm para a construção de uma educação democrática e igualitária nas escolas brasileiras. Todavia, antes de entrarmos na análise da relevância do debate de gênero nas escolas, tentaremos elucidar um pouco da trajetória pessoal e intelectual da filósofa, professora e escritora, Simone de Beauvoir, utilizada como referência na prova do Enem – 2015, como uma das estudiosas que com suas publicações e pesquisas contribuiu para a construção da categoria analítica de gênero. Desse modo, apresentamos uma breve narrativa sobre a trajetória da autora, bem como uma sucinta contextualização histórica da produção do livro *O Segundo Sexo – Volume 01 – Fatos e Mitos e o Volume 02 – A experiência vivida*, ambos publicados em 1949, na França, dos quais foi retirada a frase que deu base teórica para a formulação da questão.

Tentando na sequência compreender como a categoria de análise gênero foi construída, pensamos ser necessário analisar a trajetória dos movimentos feministas e de mulheres para analisarmos a constituição do termo gênero como uma categoria de análise, sendo necessário essa breve contextualização para que possamos compreender o fundamento da questão do Enem. E por último, argumentamos sobre a importância dos estudos de gênero nas escolas brasileiras, demonstrando como a introdução da análise de Gênero pode contribuir para a organização de uma educação baseada no respeito à diversidade.

2.1 SIMONE DE BEAUVOIR E O CONTEXTO HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DO LIVRO O SEGUNDO SEXO

Filósofa, professora e escritora, Simone de Beauvoir nasceu no dia 09 de Janeiro de 1908 na cidade de Paris - França. Primeira filha do casal Georges de Beauvoir e Françoise Brasseurorin dos de famílias tradicionais da burguesia francesa. Seu pai era advogado e apreciador dos teatros e das artes, de quem possivelmente Simone herdou o interesse pelas leituras e escritas, sua mãe cuidava dos afazeres domésticos e do controle de sua educação, bem como de sua única irmã. Apesar de sua família entrar em falência com a crise econômica que atingiu a Europa após a Primeira Guerra Mundial (1914

a1919), a educação de Simone e de sua irmã foi prioridade para os seus progenitores, que as matricularam na escola privada *Cours Désir* de orientação religiosa cristã católica da qual Beauvoir recebeu toda a formação educacional básica. Todavia, mesmo com toda orientação moral cristã católica que recebeu de sua mãe e da escola, a filósofa duvidava já na adolescência da existência de Deus, considerando-se atea, “em decorrência de situações concretas, tais como a vida miserável de sua ex-babá, a descrença que possuía dos padres e, principalmente, por não querer abrir mão da liberdade e dos prazeres da vida (PASSOS, p. 40, 1999).”

Na obra *Memórias de uma moça bem comportada* escrita entre 1956 e 1958, o primeiro livro do qual Beauvoir relata suas memórias pessoais, a autora revela que a descoberta pelo amor aos livros iniciou-se já na infância, sendo que criticava o enredo das histórias infantis narradas por sua cuidadora Louise. Assim, analisava que já aos cinco anos de idade possuía consciência crítica e poderia ser considerada como um ser completo. Controlada pela mãe, que inicialmente escolhia suas leituras, bem como retirava dos livros as páginas impróprias para a sua idade ou para o ideal de formação que acreditava ser importante, Simone subvertia as regras e quando estava sozinha em casa nas madrugadas, lia as obras consideradas proibidas na biblioteca pessoal de sua família (BORGES, 2007).

Na escolha de uma carreira profissional, por pressão familiar foi estudar Letras – Latim e Matemática Elementar já no final da década de 1910, mesmo preferindo Filosofia. Todavia, estudar Letras e Matemática mesmo não sendo sua primazia, proporcionava mais liberdade para escolher suas leituras, do mesmo modo, que a possibilitava lecionar e escrever. A paixão extrema pelos estudos filosóficos e pelos livros a afastou do que se esperava de uma moça francesa do início do século XX: casar e ter filhos. No ano de 1926, na Universidade de Sorbonne, começou a dedicar-se exclusivamente aos estudos filosóficos, tal como aproximou-se das/os jovens de posições políticas de esquerda, porém não concordava com grupos fechados, pois considerava que os sujeitos deveriam possuir livre-arbítrio para refletir e solucionar seus problemas (BORGES, 2007). De acordo com Elizete Passos (1999, p.40-41),

A decisão profissional pela filosofia havia sido uma forma de libertação, pois o conhecimento dava-lhe condições de escolher o seu destino e não tomá-lo como uma determinação limitadora. A liberdade consistia em estar de acordo consigo mesma e com a vida que escolhera, bem como em ter controle racional sem conflitos. Relacionava-se com essa liberdade não apenas de

forma filosófica, mas objetivando-a em situações concretas como nas conversas com os amigos ou na escolha dos locais onde desejaria comer, beber ou dormir. Desse conceito de liberdade, ela tirava outras orientações para a vida, as quais eram formas de libertações. Dentre elas, a forma de lidar com o seu próprio *corpo*. Entendia que o corpo era fonte de prazer desde quando os indivíduos soubessem mantê-lo sob o seu domínio.

Nesse sentido, podemos salientar que Beauvoir apreciava a liberdade, tanto intelectual quanto a individual, assim conduzindo libertariamente sua vida pessoal e profissional. Aos 21 anos, conquistou o título de “*Agrégation*” no curso de Filosofia, o qual atesta a qualidade do currículo profissional, científico e pedagógico da/o aluna/o para realizar e dirigir trabalhos científicos independentes. Em suas obras estão presentes os elementos da filosofia existencialista. Segundo Passos (1999, p. 41):

A doutrina existencialista influenciou toda a obra de Beauvoir, mas não está sistematizada nela. Seus livros estão perpassados por questões como o ser individual e o coletivo, entre ser indivíduo e, portanto, solitário, e fazer parte de 44 grupos sociais, pela relação entre consciências, assim como pela situação de fazermos parte da natureza e não sermos naturais.

Revelando sua crença no comprometimento da/o intelectual com o tempo no qual ela/ele vive, além de publicar livros filosóficos e ensaios, se dedicou a registrar suas experiências em obras autobiográficas que relatam as condições de seu tempo. Condições essas que inferiorizavam grupos com discursos biológicos, entre eles, encontram-se as mulheres, condicionadas ao seu corpo e suas funções biológicas de procriação. Ao lado de seu companheiro Jean-Paul Sartre e outros estudiosos do existencialismo, foi atuante nas discussões sobre a política Francesa. Beauvoir e Sartre criaram, em 1945, o jornal *Les Temps Modernes*, de periodicidade mensal, no qual ambos produziam os principais textos. O casal vivenciou um relacionamento aberto, baseado na liberdade dos indivíduos, considerado muito diferente dos relacionamentos tradicionais do século XX, pois vivenciavam outros relacionamentos paralelos, do mesmo modo que não dividiam o mesmo lar e não tiveram filhas/os.

De acordo com Elizete Passos (1999), em determinados escritos sobre suas memórias, Beauvoir demonstra algumas contradições quando escreve sobre o relacionamento com o filósofo, pois ao mesmo tempo em que afirma que seu relacionamento é composto por igualdade de condições, em outros relata que o mundo torna-se com mais possibilidades quando está ao lado de Sartre, utilizando-se de

argumentos que são comuns em literaturas para a formação feminina de sua época, no qual apenas com a presença do marido as mulheres são absolutamente felizes, nesse sentido, reproduzindo o modelo tradicional para o comportamento desejado para as mulheres do período. Beauvoir reconhecia que ele a conduzia, contudo afirmava que isso ocorria por ser uma escolha própria dela, visto que ele havia lhe mostrado “caminhos interessantes e sua superioridade não a impedia de ser livre e independente (PASSOS, 1999, p. 42)”, assim sentindo-se representada nos lugares dos quais frequentavam, mesmo que não estivessem presente.

Ao elucidar sobre a relação de Beauvoir e Sartre a historiadora Joana Vieira Borges (2007) comenta sobre a biografia escrita pela inglesa Hazel Rowley (2006), na qual a autora narra por meio dos relatos, diários e correspondências, a relação dos dois, considerando como um dos casais mais provocadores da história, pois viveram um relacionamento distinto das relações de seu tempo, em que estavam aliados a concepções da filosofia existencialista, de liberdade. Borges (2007) realiza alguns questionamentos sobre a possível influência que Sartre teve sobre as obras de Beauvoir, bem como sobre a sua formação como intelectual e escritora, concluindo que a mesma já tinha pretensões de ser escritora e relatar suas experiências, ou seja, esse desejo já estava sendo construído muito antes de conhecer e se relacionar com o filósofo.

Desse modo, analisamos que possivelmente Sartre influenciou Beauvoir em sua formação intelectual e obras, do mesmo modo que Beauvoir influenciou Sartre em seus escritos e seus estudos, pois os dois tinham uma relação intelectual muito próxima, compartilhavam dos mesmos princípios filosóficos, escreviam e estudavam juntos ou em grupos de amigos e colegas de faculdade. Ou seja, compartilhavam de ideias, ideologias, estudos assim produzindo conhecimento e entendimentos que possibilitou certa ressonância um sobre o outro, não de forma fixa, inflexível, mas que pudesse transcender a construção do conhecimento um do outro.

A filósofa escreveu cerca de vinte e uma obras (21), entre elas destacamos: *A convidada* (1943); *Os mandarins* (1954); *Memórias de uma moça bem-comportada* (1958); *A Mulher Desiludida* (1967); *A velhice* (1970); *Tudo dito e feito* (1972); *A cerimônia do adeus* (1981), e *O Segundo Sexo – Volume 01 Fatos e Mitos e o volume 02 – A experiência Vivida* publicados na França em 1949, obra que a tornou mundialmente conhecida. Marlise Mirian de Matos Almeida (1999, p. 147) argumenta que o livro *O Segundo Sexo* (1949) foi “Escrito numa época de dolorosa transição e

reconstrução, no pós-guerra da Europa, o livro é um grifo de libertação para todas as mulheres e também para a própria Simone.”

De acordo com Borges (2007) na década de 1940, as mulheres francesas vivenciaram os impactos do governo conduzido por políticas nazista do governo Alemão que ocuparam a França no Regime ditatorial de Vichy (1940-1944). Tal governo conduzia suas políticas para o entendimento de que cada sujeito tinha um papel social na sociedade, sendo determinado pelo seu sexo, ou seja, buscava-se reafirmar os papéis socioculturais estabelecidos para homens e para mulheres. Nesse sentido, a função social da mulher e o seu dever para com a pátria era o cuidado com o lar e a maternidade, fortalecendo-se nesse período uma reorganização social do qual o projeto tem como lema “Trabalho, Pátria e Família”. Assim, muitas mulheres que não se identificavam com esse slogan, nem com a condição de uma função social baseada na maternidade e no cuidado com lar, começaram a questionar sua condição e a organizarem-se em grupos de resistência contra o regime autoritário. Nesse contexto Beauvoir vivencia os conflitos econômicos e políticos do Regime de Vichy, colaborando para a resistência contra a ditadura Nazista, muda-se para uma cidade menor na qual consegue diminuir os seus gastos, sendo destituída de suas funções como professora no governo de Vichy em 1943, pelo Reitor da Sorbonne ligado ao partido do Regime Vichy.

Ainda de acordo com Borges (2007) existem duas justificativas para o desligamento de Beauvoir, o primeiro de que ela mantinha um relacionamento com Sartre, mas que não era casada e a outro justificativa foi uma denúncia realizada em 1942, por uma mãe de uma aluna que a acusa de ter seduzido sua filha, que no período era menor de idade. O caso tornou-se relatório policial, mas nada pôde ser provado contra Beauvoir, assim a denúncia foi arquivada. Mesmo assim, o Reitor declarou que a filósofa não poderia continuar lecionando em Sorbonne, fazendo com que, por consequência, decidisse seguir a carreira de escritora.

Nesse ínterim, Beauvoir começa a dedicar-se para a escrita do livro *O Segundo Sexo*, publicado na França em 1949, que seria pensando já em 1939 no período da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) como um livro autobiográfico, isto é, uma mulher escrevendo sobre sua condição de mulher.

Borges (2007) ao analisar duas entrevistas dadas por Beauvoir que questionavam sobre a escrita do livro analisa que as questões da opressão feminina não era algo que

atingisse a filósofa, em virtude de suas condições intelectuais e pessoal, sendo que foi ao pesquisar para a escrita do livro que a autora se deu conta de como as mulheres são definidas e tratadas como o “segundo sexo” na sociedade patriarcal. Realizando em 1947 uma viagem aos Estados Unidos da América, a filósofa começa os primeiros registros para a obra, se assustando com a forma que as mulheres norte-americanas eram preocupadas em encontrar incessantemente maridos e como sua educação se destinava ao lar e a maternidade. Desse modo, decidiu pesquisar sobre a condição das mulheres na sociedade e o que as levava a serem consideradas “o outro”. Na introdução do livro *O Segundo Sexo – volume 01 Fatos e Mitos*, a autora aponta que,

Hesitei muito tempo em escrever um livro sobre a mulher. O tema é irritante, principalmente para as mulheres. E não é novo. A querela do feminismo deu muito que falar: agora está mais ou menos encerrada. Não toquemos mais nisso... No entanto, ainda se fala dela. E não parece que as volumosas tolices que foram ditas neste último século tenham realmente esclarecido a questão. (BEAUVOIR, 2009, 13)

Desse modo a autora anuncia o contexto que estava inserida, salientando que escrever sobre mulheres não foi por muito tempo seu ideal, sendo que já se encontravam literaturas sobre a condição das mulheres, reivindicações sobre suas condições, de trabalho, sobre o acesso e a permanência na educação; enfim, quando Beauvoir opta por escrever um livro sobre mulheres, já existiam escritos sobre as mulheres, assim será dentro da conjuntura dos movimentos feministas e movimentos de mulheres na luta por igualdade de direitos, por uma sociedade justa e igualitária, já existentes, que Beauvoir escreveu o livro *O Segundo Sexo*. Todavia, a filósofa enfatiza para a necessidade de esse tema ser mais uma vez revisitado, trabalhado, discutido e pensado, pois as mulheres ainda encontram-se na condição de ser o outro, aquela que nasce para servir a sociedade patriarcal e os homens que dela se beneficiam. Segundo Passos (1999), Beauvoir oficializou-se o vínculo com a política feminista 23 anos após a publicação do Livro *O Segundo Sexo*. Almeida (1999, p.147) relata que por intermédio do Livro *O Segundo Sexo*,

[...] Simone vai se afirmar, de modo definitivo, como pensadora original e testemunha crítica de sua própria época: ela desafia preconceitos e trata de forma aberta e simples temáticas tabu tais como: a sexualidade na infância, a menstruação, o erotismo, o desejo e a iniciação sexual, a religiosidade

repressora, a cultura dominância masculina e machista e a desqualificação cultural da feminilidade, o sexismo na literatura, o defloramento e a brutalidade masculina na relação sexual, a virgindade, o orgasmo, o lesbianismo, a dominação masculina no casamento tradicional, a prostituição, a velhice, o suicídio, entre muitos outros.

Nesse sentido, Beauvoir, apresenta neste livro demandas sobre a condição das mulheres que eram considerados tabus para aquele período histórico Pós Segunda Guerra Mundial, especialmente ao tratar-se de assuntos sobre o controle da natalidade e as denúncias realizadas por ela sobre a quantidade de abortos realizados na França, pois se buscava construir uma sociedade que assentava a mulher para a maternidade por meio de políticas maternalistas.

No livro a autora não nega as diferenças biológicas existentes entre as mulheres e os homens, nem mesmo a relevância da biologia para a construção do ser, todavia Beauvoir argumenta contra o discurso do determinismo biológico e do corpo como uma realidade permanente, que colocam as mulheres em condições inferiores aos homens por razão de sua biologia. Segundo a autora,

É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da sua situação que ela ocupa neste mundo. Mas, não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR, 2009, p. 70).

Nessa perspectiva não se pode ignorar os fatos históricos e sociais que mulheres e homens estão imersos, sendo necessária uma análise mais abrangente de suas condições para compreender o que é ser mulher e homem nas sociedades. Assim, a filósofa constrói um contra-discurso da situação das mulheres utilizando-se em sua pesquisa de trabalhos científicos, relatos de experiência de mulheres de diferentes idades, de livros de memória, romances escritos por outras mulheres, enfim, de uma vasta pesquisa que extrapola a filosofia, percorrendo, a biologia, a psicanálise, a história, o materialismo histórico, os mitos, até as experiências vivenciadas pelas mulheres. Segundo Ana Regina Gomes dos Reis (2008, p. 50)

Seus artigos e romances foram elogiados, porém, o mesmo não poderia suceder com um livro que quebrava todos os tabus patriarcais. As reações, então furiosas. Acusam-na de pornográfica e “lixo”, chamam-na de “sufragettesexual” e “amazona existencialista”. Para horror dos seus opositores, o livro vendeu mais de vinte mil exemplares, logo na primeira semana. A forte oposição partiu tanto da direita como da esquerda: o Vaticano colocou-o no Index; nos Estados Unidos, foi traduzido com alterações; no Canadá, só circulou livremente a partir de 1964; a tradução em russo se fez tardiamente, em 1998; ainda hoje, é proibido no Irã. Com o *Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir tirou o véu de assuntos que não deveriam vir a público muito menos pelas mãos de uma mulher. Tornava-se assim, seu próprio meta texto, indo além do discurso, já subversivo, da obra.

O livro será lido, criticado e utilizado como base para as teorias feministas, em especial das décadas de 1960 e 1970, na construção da categoria analítica Gênero. Beauvoir não se utiliza desse conceito, mas seu livro será utilizado como uma das bases para a construção do conceito de gênero dentro dos movimentos feministas e nos estudos acadêmicos posteriores. Todavia, a autora anuncia em sua obra possibilidades para a construção do conceito de gênero, apresentando contribuições sobre o “tornar-se mulher” estando vinculado ao cultural e social, bem como críticas ao patriarcado, questionando que o determinismo biológico não deve ser o determinante da existência das mulheres dando suporte para a construção dos estudos de gênero. Nesse sentido que Beauvoir discorre sobre,

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume na sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.” (BEAUVOIR, 2009, p. 361)

Contudo faz-se necessário sublinhar que a autora encontrava-se em um contexto social do qual as mulheres já estavam reivindicando os seus direitos político, sociais e econômicos, assim, no próximo sub-capítulo buscaremos reconstruir brevemente a trajetória do movimento de mulheres até a construção da categoria gênero, para que possamos compreender como a utilização de tal categoria torna-se essencial no ambiente escolar e, principalmente como as críticas realizadas pelas/os internautas nas páginas dos jornais da web à filósofa e ao movimento feminista são sem fundamento teórico.

2.2 O MOVIMENTO FEMINISTA E A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA GÊNERO

As lutas pela emancipação feminina e a busca da superação do estigma de inferioridade das mulheres em relação aos homens, bem como as reivindicações por uma historiografia que as representasse estão atreladas a organização de mulheres em movimentos sociais. Para Georges Duby e Michelle Perrot (1991, p. 07),

As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da história. O desenvolvimento da antropologia e a ênfase dada a família, a afirmação da história das *mentalidades*, mais atenta ao cotidiano, ao privado e ao individual, contribuíram para as fazer sair dessa sombra. E mais ainda o movimento das próprias mulheres e as interrogações que suscitou. *Donde vivimos? Para onde vamos?*, pensavam elas; e dentro e fora das universidades levaram a cabo investigações para encontrarem os vestígios das suas antepassadas e sobretudo para compreender as raízes da dominação que suportavam e as relações entre os sexos através do espaço e tempo.

Tais reivindicações sobre as condições de inferiorização das mulheres e as organizações dentro de movimentos sociais começaram no final do século XIX e início do século XX, em alguns países da Europa e nos Estados Unidos da América. Esses grupos de mulheres pretendiam compreender a condição de submissão que estavam envolvidas, especialmente pelo discurso biológico vigente no período.

A trajetória da organização de mulheres inicia-se no contexto social, cultural, político e econômico da instalação do sistema capitalista nos países ocidentais, especialmente nos países da Europa que exploravam outros territórios, principalmente do continente Africano e países orientais no chamado período histórico do neocolonialismo, com o discurso de inferioridade de “raças”. Nessa perspectiva biológica de inferioridade, o discurso também servia para as mulheres que eram consideradas homens inacabados, incompletos e frágeis. Essas teorias se baseiam em um discurso que naturalizaram a superioridade do masculino como também do homem branco e europeu. Desse modo, o discurso biológico servia para legitimar a opressão e exploração de alguns grupos étnicos sobre outros, bem como dos homens sobre as mulheres, independentes de suas etnias. Para Maria Amélia de Almeida Teles (1993, p. 370), “o Capitalismo se desenvolveu de modo diferente em cada país, mas em todos eles legitimou o mesmo regime patriarcal de dominação. As mulheres enfrentavam, em lugares diferentes, problemas similares de opressão.”

Em contraposição ao conjunto de explorações vivenciadas por vários grupos, organizaram-se segmentos de resistência, que lutavam pelos seus direitos políticos, civis, por igualdades de oportunidades, melhores condições de trabalho e por direitos de ocupar os vários espaços do meio social. Foi na modernidade e o com o acesso às ideias de igualdade promovidas pelo movimento iluminista na Europa, no final do século XVIII, que as mulheres basearam suas reivindicações por direitos iguais aos dos homens. De acordo com Carla BassaneziPinsky e Joana Maria Pedro (2003, p. 266)

O iluminismo abria perspectivas, possibilitando uma nova abordagem da arena pública (e, conseqüentemente, da questão da cidadania), ao afirmar ser cada indivíduo possuidor de direitos inalienáveis. Em contraste com as teorias sociais mais antigas, que apresentavam a hierarquia e a desigualdade com necessárias e inevitáveis, na época das Luzes, um conjunto de suposições filosóficas afirmava a igualdade entre os indivíduos e as vantagens de reformar, aperfeiçoar a sociedade por meio da aplicação de princípios fundados mais na razão do que nos costumes.

Tomadas pelos princípios iluministas da razão e igualdade algumas mulheres contrapuseram-se aos discursos impostos a elas de inferioridade que levaria a subordinação e hierarquia entre o masculino e feminino. Alguns filósofos homens também incorporaram as indagações das mulheres por igualdade, como o François Poullain de La Barre (1647 – 1725) que questionava a falta de igualdade entre os sexos. Entretanto a grande maioria dos filósofos como, por exemplo, Jean Jacques Rousseau (1712 – 1778) questionava a capacidade das mulheres para a vida política.⁵

Mesmo com tantas repressões sociais acerca da condição das mulheres e seu papel na sociedade arquitetado por alguns filósofos do iluminismo, algumas mulheres foram buscar nos fundamentos iluministas de igualdade a justificativa para sua resistência, como fez a escritora e filósofa inglesa Mary Wollstonecraft (1759 – 1797), que publicou em Londres no ano de 1792 o livro “*Uma reivindicação dos direitos das Mulheres*”, cujo o título original é “*A Vindication of the Rights of Woman with Strictures on Political and Moral Subjects*”, que além de defender os direitos das mulheres, questionava o determinismo de fraqueza com que as mulheres eram vinculadas. A autora acreditava que a sociedade poderia ser melhorada com base na igualdade entre homens e mulheres, considerando que todas/os eram igualmente

⁵Entre as obras que o autor deixa nítido esse pensamento podemos citar: ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da educação. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

capazes e tinham potenciais, habilidades e talentos próprios não sendo determinados por questões apenas de hereditariedade (PINSKY; PEDRO, 2003).

Foi nesse contexto de ampliação dos direitos dos homens a partir dos embasamentos iluministas que algumas mulheres começaram a questionar suas limitações políticas e de acesso à educação. Desse modo, no final do século XIX e no início do século XX, nos Estados Unidos e em alguns países da Europa as mulheres começam a reivindicar seus direitos políticos (PINSKY; PEDRO, 2003).

Na França, os direitos das mulheres já haviam sido reivindicados no período da Revolução Francesa (1789 – 1799) em que se questionava o poder e os benefícios da nobreza e da Igreja Católica sobre o restante da população. Nesse ínterim, as mulheres lutaram lado a lado dos homens franceses para a libertação da opressão econômica, política e social do sistema absolutista monárquico. Todavia, na conquista de uma sociedade republicana na qual os direitos políticos e econômicos foram estendidos aos homens, as mulheres ficaram novamente à mercê da dominação e opressão masculina do sistema absolutista, isto é, o sistema político, social e econômico transformou-se apenas para os homens, pois para as mulheres esses direitos foram novamente negados, bem como contribuíram para reforçar a “condição natural” de inferioridade das mulheres perante o masculino.

A luta feminina da Revolução Francesa está reverenciada na figura de Olympe de Gouges (1748-1793) que escreveu, em 1791, o texto sobre a *Declaração do Direito da Mulher e da Cidadã*, contrapondo ao texto elaborado em 1789 durante a revolução, intitulado a *Declaração do Direito dos Homens e do Cidadão*, em que se excluía as mulheres de qualquer direito político. A escritora foi condenada a morte e guilhotinada em 1793 em Paris, com a justificativa de ser perigosa para a República Francesa, pois o texto redigido reivindicando os direitos das mulheres e das cidadãs foi referido para a Rainha Maria Antonieta, esposa do Rei Luís XVI, ambos guilhotinados pelos revolucionários.

Desse modo, ao longo da revolução as reivindicações das mulheres foram esquecidas e silenciadas, especialmente por não terem o apoio dos companheiros de luta, que as consideravam secundárias perto de todos os problemas sociais, econômicos e políticos que a sociedade francesa enfrentava no momento, como afirma Pinsky e Pedro (2003, p. 270):

Embora as ativistas da Revolução Francesa tenham sido derrotadas (e, posteriormente, por muito tempo, repudiadas e esquecidas) e conquistas femininas específicas tenham sido desprezadas, sua memória e seu legado serão retomados, mais tarde, nos diversos campos de ação de mulheres em suas lutas a partir da terceira década do século XIX.

Herdeiras dos ideais de igualdade das mulheres que buscam pelos seus direitos no período da Revolução Francesa e que tiveram várias de suas conquistas retrógradas no governo Napoleônico, as mulheres começaram a organizarem-se em clubes denominados “*Sociedade da Voz das mulheres, Comitê dos direitos da Mulher, União das Mulheres e Sociedade de Emulação das Mulheres*” (TELES, 1993, p. 37), para reivindicar seus direitos, bem como para discutir os problemas sociais franceses.

As mulheres procuraram organizarem-se de forma mais concreta no final do século XIX e início do século XX. Os segmentos de mulheres que iniciaram a luta incessante por seus direitos políticos, principalmente o direito ao voto e da possibilidade de serem eleitas, ficaram conhecidas historicamente como as sufragistas, seus ideais espalharam-se em vários países da Europa ocidental e do mesmo modo nos países do continente americano. Essa organização de mulheres suscitou o movimento social denominado feminismo. Segundo Teles (1993, p. 10),

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologias, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas. Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupo de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.

Essa definição contemporânea do movimento feminista foi formulada ao longo da história do movimento. A princípio utilizava-se do termo “movimento de mulher”, que “significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho (TELES, 1993, p. 12).” Todavia, o movimento de mulheres ampliou suas reivindicações e propostas, até chegar a designação atual. O feminismo, de acordo com Santos (2014, p. 131), “surge como o grande eco que modifica as formas de ser e dever ser dos comportamentos humanos na sociedade, refutando falsas posturas morais, assumidas como universais quando apenas manifestam o latente desejo de permanência viril do poder.”

O movimento feminista teve suas características específicas em determinados períodos históricos, sendo dividido pelas/os estudiosas/os em ondas que constam peculiaridades particulares em suas reivindicações. Entretanto, as duas primeiras ondas do movimento abriam caminho para as demais, sendo consideradas essenciais na construção dos feminismos atuais. Segundo, Pinsky e Pedro (2003 p. 287 – 288), os movimentos feministas de primeira onda eram:

[...] predominantemente composto por mulheres dos estratos médio da sociedade originárias de famílias com ganhos moderados provenientes da terra, do comércio, da indústria ou das profissões liberais, que sentiam com mais intensidade a dependência e a privação dos direitos políticos, econômicos e educacionais que os homens de seu grupo social haviam conseguido ou estavam conseguindo.

O movimento feminista de primeira onda, feminismo da igualdade, não representava vários grupos de mulheres e sim um segmento específico composto em sua maioria por mulheres das classes sociais mais abastadas, brancas e que tiveram o acesso à escolarização básica e tinham como principal reivindicação a conquista dos seus direitos políticos nas sociedades ocidentais, utilizando portanto o termo “Mulher” e não “Mulheres”, em suas manifestações. Guacira Lopes Louro (1997, p. 5) afirma que:

Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvidas, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscritos a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento.

Entretanto, é a partir dessa não representação dos outros segmentos de mulheres, negras, indígenas, orientais, trabalhadoras, deficientes, das classes menos favorecidas, ou seja, com outros e diversos marcadores sociais da diferença, que ocasionou o surgimento do movimento feminista denominado de feminismo de segunda onda, bem como pelo fato de que com algumas mudanças na sociedade ocidental pós-guerras foram fundamentais para incrementar outras reivindicações ao movimento feminista.

O feminismo de segunda onda, também conhecido como feminismo da diferença, caracteriza-se pelas diferentes militâncias feministas que lutaram pelo fim das desigualdades sociais e políticas, pelo fim das violências cometidas contra as mulheres,

buscando o direito sobre seus corpos, suas sexualidades e a escolha da reprodução e ao aborto, bem como articulando as lutas contra o racismo e o sexismo. Para Santos (2014, p. 140), o feminismo de segunda onda “tem um aspecto coletivista e revolucionário, chamando as mulheres para uma participação real na reconstrução da sociedade”. Sendo profundamente marcado pelos estudos acadêmicos, que elegeram como tema de suas pesquisas a história das mulheres, bem como estudos sobre os sujeitos mulheres. Assim, no final da Segunda Guerra Mundial em 1949, inicia-se o então feminismo de segunda onda. De acordo com Joana Maria Pedro (2005, p. 79), as reivindicações estavam ligadas, “as lutas pelo corpo, ao prazer e contra o patriarcado – entendendo como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: o privado é político.

Para François Thébaud (1991, p.18), “a presença crescente das mulheres tanto no mercado de trabalho como no campo cultural e político levou à evolução do direito privado e à mutação das atividades domésticas, que por vez facilitam o alargamento da esfera feminina pública.” Assim, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da repressão vivenciada pelas mulheres.

No início do movimento utilizava-se apenas a categoria mulher em contraposição ao homem. Pois questionavam que o universo era masculino e as mulheres não eram incluídas nele. Dentro desse entendimento o movimento feminista dividiu-se em duas perspectivas que entendiam diferentemente o modo como interpretar as desigualdades vividas pelas mulheres, são elas: as *diferencialistas* e as *igualitárias*.

As *diferencialistas* eram mulheres que acreditam na separação entre homens e mulheres, assim criando núcleos de conversas e debates das quais os homens não poderiam participar, pois consideravam que era a cultura dominada pelo masculino que as tornam submissas e com problemas em relação à valorização de si mesmas e de suas atitudes e pensamentos. Esta forma separatista de comportamento, considerava que todas as mulheres, apenas pelo fato de possuírem o sexo feminino, eram submissas aos homens que possuíam o sexo masculino. Esse modo de analisar as desigualdades sofridas pelas mulheres não considerava os aspectos sociais e históricos construídos dentro das relações humanas, e atribuía ao sexo biológico a justificativa da submissão e das desigualdades, sendo acusadas de “essencialistas” pelas mulheres que se identificavam com o segmento igualitário. As *igualitárias* entendiam que as mulheres deveriam participar da esfera pública em igual com os homens, sendo acusadas pelas

diferencialistas de que todas as mulheres deveriam ser homens para conseguir entrar no meio público. Nesse sentido, as *diferencialistas* conseguiam perceber as diferenças existentes entre homens e mulheres (PEDRO, 2005).

Incorporado a todo esse debate entre *igualitáristas* e *diferencialistas*, o termo *Mulher* passou a ser questionado, pois nessa conjuntura o movimento feminista que abrigaria apenas a categoria *Mulher*, começa a alargar-se para a categoria *Mulheres*, pois “aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras (PEDRO, 2005, p. 82)”.

A partir do entendimento de que as sociedades contêm as mais diferentes formas de opressão não seria apenas o marcador social mulher, isto é, ter o sexo feminino, que ocasionaria as mesmas formas de opressão. Neste sentido, as mulheres negras, indígenas, deficientes, pobres, ricas, enfim, com vários outros marcadores sociais da diferença, sentiram e vivenciaram a opressão, as desigualdades e a violência de forma diferente. Desse modo, estabelece a compreensão da multiplicidade do ser mulher, entendendo que existem várias formas de sermos mulheres, conseqüentemente o termo utilizado passa a ser *Mulheres*. Trata-se, portanto de compreender que,

[...] a identidade de sexo, não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. E, mais: que a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas (PEDRO, 2005, p.83).

Todavia, mesmo que o movimento feminista utilizasse os termos *mulher* ou *mulheres*, o problema central era a busca da compreensão do fato de que as mulheres, em diferentes sociedades e períodos históricos específicos, eram, e ainda são, submetidas às opressões e ao domínio masculino oriundo da cultura patriarcal. Contudo, será dentro dessa conjuntura de lutas por igualdade de direitos, por uma sociedade justa e igualitária, que o movimento feminista e os estudos sobre as mulheres chegaram ao conceito de gênero.

O entendimento de Gênero como uma categoria analítica teve como principais suportes teóricos os livros publicados por Simone de Beauvoir na França, em 1949, “O segundo Sexo – Volume I Mitos e Fatos e o Volume II A Experiência Vivida, - como já apresentado no item anterior -, e o livro da Betty Friedan “A mística Feminina”,

publicado nos Estados Unidos em 1960, entre outros estudos que buscavam compreender os motivos que levaram as mulheres a ser condenada às condições de inferioridade nas sociedades, entre outras problemáticas relacionadas às questões das mulheres que se viviam em um mundo masculino, do qual elas não eram representadas (PEDRO, 2005).

Porém, no início do movimento feminista de segunda onda, a categoria gênero ainda não era aplicada, e foi a partir da década de 1970, com o aprofundamento das teorias acadêmicas, que esse termo será utilizado mais efetivamente, tanto nas pesquisas acadêmicas como dentro dos movimentos feministas e de mulheres.

Para Pedro (2005), o uso da palavra gênero tem uma história que é atribuída aos movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas ao longo da história da humanidade, isto é, seu percurso está vinculado aos movimentos que lutam por direitos humanos, civis que tem por objetivo a garantia dos direitos iguais e a luta por respeito.

As/os estudiosas/os que pesquisam e escrevem sobre a história das mulheres criticavam o modelo excludente da ciência tradicional, que não considera as diferenças atribuídas a todas/os as/os sujeitos e que tende a homogeneizar a sociedade, a partir de um modelo único e hierárquico e defendiam que:

[...] atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menos importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental. Portanto, as noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos, raramente filóginos. Mais do que nunca, a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, como aponta, de outro lado, Michel Foucault. Este questionara radicalmente as representações que orientavam a produção do conhecimento científico, tida como o ato de revelação da essência inerente à coisa, a partir do desvendamento do que se considerava a aparência enganosa e ideológica do fenômeno. (RAGO, 1998, p. 04 – 05)

Portanto, é dentro dessa crítica ao modelo de ciências tradicional que as/os estudiosas/os formularam uma “epistemologia feminista” (RAGO, 1998), da qual revisitou a história e outras disciplinas do conhecimento para identificar onde o sujeito

mulher encontra-se esquecido e invisibilizado ao longo da história da humanidade. Desse modo, para Santos (2014, p. 130),

Tal dimensão corresponde, pois, ao lugar do discurso acerca do tema, o qual se firma em vertente axiológica e hermenêutica. Por meio delas, buscam-se determinadas concepções de conhecimento, de modos de compreender, valorizar e justificar o objeto análise, assim como meios críticos de interpretação e reflexão sobre alguns conceitos relacionais, como os da diferença e igualdade, universalidade e pluralidade, próprios das discussões feministas.

Todavia, é importante salientar que não será apenas o pensamento feminista que romperá com o modo tradicional da ciência, outros movimentos sociais buscaram essa ruptura com a maneira hierárquica de conhecimento, exigindo a sua visibilidade.

Entretanto, “não há dúvidas de que o modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica (RAGO, 1998, p. 10).” Desse modo, ainda dialogando com Margareth Rago (1998, p. 13), podemos afirmar que

Feministas assumidas ou não, as mulheres forçam a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização. De certo modo, o passado já não nos dizia e precisava ser re-interrogado a partir de novos olhares e problematizações, através de outras categorias interpretativas, criadas fora da estrutura falocêntrica especular.

Tal epistemologia demanda do entendimento de que o ser mulher, ou ser mulheres, não se constitui só e sim dentro de um discurso relacional, e que está envolvido dentro das relações de poder construídas no processo cultural de cada sociedade, ou seja, entende-se que as diferenças entre homens e mulheres não estão ligadas ao sexo biológico e sim aos discursos que são produzidos dentro de cada sociedade a partir da cultura.

Será dentro desse debate que diferenciam o sexo biológico do sexo social, que o termo gênero se constituirá. Apresentado em 1968 por Robert Stoller no livro “*Sex and Gender*”, que utilizou a palavra gênero para diferenciar o sexo biológico do gênero constituído culturalmente. Stoller (1968) utilizou-se do termo gênero dentro da ciência da saúde ao propor que gênero é o sexo social. Tal como os trabalhos de Michel Foucault, sobretudo o livro a *História da Sexualidade*, publicado na França em 1974,

que apresentará uma construção social da sexualidade ao longo dos anos que a normatiza e a controlar a partir de discursos de veracidade é que fundamentará os trabalhos com o que iniciaram a construção do termo gênero para definir o masculino e feminino a partir da cultura e não do biológico.

Contudo, será na década de 1980, com a publicação do artigo intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, da historiadora Joan Wallach Scott, que Gênero terá uma definição pertinente, que atravessará a maioria das pesquisas acadêmicas que se propõem a pesquisar essa temática. Joan Wallach Scott (1995, p. 86), assim definiu gênero:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudanças não é unidirecional.

Para a autora, as relações de gênero são construídas historicamente pelas relações sociais e institucionais baseadas nas diferenças percebidas entre o masculino e o feminino, assim instituídas dentro das relações de poder. Desse modo, os estudos de gênero contribuem para compreendermos as representações, os espaços e as determinações construídas historicamente para homens e para mulheres ao longo da história da humanidade, pois gênero se contrapõe à ideia de que as desigualdades entre o masculino e feminino são dadas por determinantes biológicos, problematizando tais determinismos, com o objetivo de desnaturalizá-las, possibilitando uma análise múltipla e relacional do feminino e do masculino, bem como um olhar não binário para os gêneros. A definição da categoria gênero está sendo discutida e expandida dentro dos movimentos feministas, movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBTT, movimento negro e juntamente com as pesquisas acadêmicas, que debruçam sobre essa temática. Por esse ângulo busco no próximo capítulo dialogar sobre a importância da categoria de análise gênero no ambiente escolar.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO DEBATE DE GÊNERO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

A educação escolar brasileira, busca garantir as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos e cidadãs autônomos, críticas/os e participativas/os, que sejam

capazes de atuar com competência, dignidade, bem como com responsabilidade na sociedade em que habitam, assim acreditando que suas necessidades individuais, coletivas, políticas, sociais e econômicas sejam atendidas (PCN, 1998).

Tal demanda educacional necessitará do acesso ao pensamento crítico, a busca de reflexões sobre os mais variados acontecimentos do meio social, construção de opiniões, questionamentos e a produção de conhecimento baseado na educação científica e filosófica. As construções de conhecimentos científicos e filosófico vão além das opiniões e conhecimentos denominados de senso comum, aqueles produzidos na sociedade de massa que realizam apenas uma análise superficial dos acontecimentos e ações do meio social em que estamos inseridas/os.

O pensamento científico é o oposto do pensamento considerado de senso comum: as reflexões científicas são baseadas em pesquisas acadêmicas que criam teorias de mecanismos para enfrentar os problemas cotidianos das mais diversas formas de vivências nas sociedades. O conhecimento científico torna-se radical, pois não se convence por quaisquer respostas indo a partir de suas pesquisas na raiz dos problemas sociais, econômicos, culturais e políticos de cada sociedade.

Segundo a filósofa Marilena Chauí (1995, p. 15) o conhecimento filosófico trabalha com “conceitos ou ideias obtidos por procedimentos de demonstração e prova, exige a fundamentação racional do que é enunciado e pensado”. Desde os primeiros filósofos da Grécia antiga classificados como pré – socráticos aos filósofos modernos e até a construção da teoria do conhecimento, a compreensão do pensamento filosófico teve várias modificações e foi utilizada de formas diferentes ao longo do processo histórico de cada sociedade. Entretanto, de suas mais variadas formas de manifestações e entendimento as/os filósofas/os, buscaram a análise crítica e profunda das questões do ser e da ação humana em um tempo e espaço determinado. Acreditando que quanto mais a humanidade tiver acesso ao conhecimento, às escolas e universidades, elas estarão longe de opiniões não fundamentadas em pesquisas acadêmicas e assim criarão uma cultura baseada no pensamento crítico.

Entretanto, é fundamental salientar que por muitos séculos a construção do pensamento científico e filosófico excluía as mulheres, considerando-as como seres incapazes de pensar criticamente como os homens, sendo excluídas das escolas e das universidades. Será com o advento dos questionamentos sobre a condição das mulheres elaborada pelos movimentos de mulheres e conseqüentemente pelos movimentos

feministas que as mulheres tomaram espaços nos meios acadêmicos e científicos, como já comentado no tópico anterior. Desse modo, podemos considerar que o conhecimento científico e o filosófico modificaram-se ao longo dos anos, com a possibilidade de existirem mais mulheres pesquisadoras e a introdução de uma epistemologia feminista utilizando-se de conhecimentos interdisciplinares, fundamental para dispor de várias áreas do conhecimento a fim de alcançar as hipóteses dos seus questionamentos; isto é, para a construção do conhecimento científico é fundamental ir além do conhecimento empírico do senso comum, é necessário analisar, questionar, criticar e pesquisar.

Nessa perspectiva, poderíamos concluir que todas as pessoas que têm acesso à educação e ao conhecimento científico seriam pessoas que não teriam opiniões, ideias e princípios baseados no senso comum? Seria uma utopia acreditarmos que a resposta para o questionamento acima fosse afirmativa, pois entre alguns dos problemas que o sistema educacional vivencia na atualidade, é que o conhecimento produzido nos educandários é marcado por ideais de uma educação quantitativa e não qualitativa, ou seja, o acesso à escola é um dos fatores que o Brasil está melhorando a cada ano, entretanto temos como desafio melhorar a qualidade do ensino que é oferecida a estes estudantes (SCHWARTZMAN, 2005).

Analisando rapidamente o contexto histórico da sociedade ocidental, principalmente pós Revolução Industrial no século XIX a escola sempre teve o papel de normatizar as diferenças e as relações sociais. Cumprindo com o papel que o Estado a destinou de padronizar, civilizar e educar as crianças com o intuito de formar o jovem adulto que servirá à sociedade e aos interesses do sistema capitalista.

Louro (1997, p. 57) argumenta que

Diferença, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenando, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se faz diferente para ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas.

No Brasil, especificamente a educação no período colonial dos filhos de colonos e dos grupos indígenas ficavam a cargo dos padres jesuítas por cerca de 200 anos, uma educação moralista nos modelos cristãos do período. Segundo Arilda Inês Miranda

Ribeiro (2003), as mulheres não tinham acesso e direito a educação nem as filhas dos colonos muito menos as mulheres dos grupos indígenas, ou seja, a escola era para homens brancos e de classe econômica superior, para os grupos indígenas era apenas uma forma de civilizar os selvagens que aqui habitavam. Essa forma de civilização era hegemonicamente etnocêntrica europeia.

Resumidamente, a educação no Brasil colônia foi controlada pelos padres Jesuítas com algumas mudanças não muito significativas no período imperial (1822-1889). As mudanças efetivas na educação aconteceram quando o Brasil torna-se uma República em 1889. Haja vista, que não foram umas mudanças tão radicais, mas foi com os ideais republicanos que ocorreram as mudanças proeminentes oficiais na educação, como escolas públicas, materiais pedagógicos, educação laica, coeducação – meninos e meninas frequentando a mesma classe escolar -, acesso formal para negros/as, enfim, algumas mudanças iniciaram nos primeiros anos de República no Brasil e continuaram sendo postas nos anos seguintes.

Todavia, muitos assuntos no ambiente escolar ainda são considerados um tabu, principalmente as questões sobre sexualidade, liberdade de escolha das mulheres pelo seu corpo, as questões de orientação sexual e identidade de gênero. Essas questões estão carregadas de fundamentalismo religioso e discriminação que acarretam em outros violências. Segundo Tânia Welter (2015), no ambiente escolar as práticas discriminatórias são repetidas e reforçadas por meio de mensagens normatizadoras, ou até mesmo do silenciamento e consentimento da violência para com os grupos considerados “anormais”. Essas violências simbólicas ou físicas ainda estão presentes no universo educacional brasileiro, tanto sobre as questões de gênero de sexualidade como também de religiosidades, excluindo as pessoas que não se encontram nesses padrões normatizadores.

A educação atual está envolvida com a disseminação de opiniões e análises baseadas no senso comum e fundamentalismos religiosos, de modo que o acesso ao conhecimento para os educandos/as deveria ultrapassar as barreiras de tais opiniões, fundamentando-se no pensamento filosófico e científico proposto pelas/os estudiosas/os e pesquisadoras/es ao longo da história da humanidade.

Uma amostra atual de como a opinião pública não fundamentada em pesquisas acadêmicas está presente na educação de nosso país foram as discussões em âmbito nacional relacionadas sobre a introdução da Categoria de Gênero nos Planos Nacionais

de Educação (PNE)⁶ em níveis federais, estaduais e municipais. Os termos Gênero, Sexualidade e Raça/etnia foram vetados dos PNE por políticos de diversos cargos, alegando que a “*Ideologia de Gênero*”⁷ nas escolas confundiria as crianças sobre seus papéis socioculturais normativos de meninos e meninas, entre outras distorções sobre a categoria de gênero. Presenciamos nas redes midiáticas no ano de 2015 em todo o Brasil uma vulgarização do entendimento sobre as discussões relacionadas ao debate de gênero no espaço escolar.

As/Os manifestantes contrárias/os à introdução dos debates de gênero na escola demonstraram o quão são baseados em opiniões do senso comum e fundamentalismos religiosos, visto que não conhecem ou ignoram o que significa a categoria gênero e sua importância para os espaços escolares e equidade de direitos entre os diversos grupos sociais, que compõem os educandários.

Utilizando-se de discursos etnocêntricos, heteronormativos, patriarcais, sexistas e machistas, seguem os modelos de legitimidade de superioridade, criados para fortalecerem os discursos biológicos e filosofias positivistas, que surgiram na Europa entre os séculos XVI e XIX, e serviam para assentar grupos étnicos como os das/os negras/os, indígenas e mulheres, independentemente de sua etnia em uma esfera de inferioridade. Esses discursos dos grupos etnocêntricos do início da era moderna buscaram normatizar a sociedade ocidental, criando mecanismos de poder nos quais os grupos que não correspondem a essas normas seriam excluídos da sociedade, ou seja, criando-se um modelo social em que todos os indivíduos tenham que estar submetidos às regras de normatização da sociedade. Esses discursos foram ganhando poder de legitimidade e apropriação tão intenso que convivemos com eles no cenário político e social brasileiro.

⁶ É importante destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, garante aos professores autonomia nas discussões que envolvem o tema gênero e sexualidade como temas transversais, mas não como temas centrais nos educandários dificultando a inserção dessas temáticas no ambiente escolar.

⁷ Termo utilizado e difundido pelos seguidores das correntes contrária a inserção do debate de gênero na escola. As/os autores acreditam que as/os pesquisadoras/es buscam difundir uma ideologia simplista da qual ninguém nasce homem ou mulher e que você vai definir o que quer ser ao longo da vida. Para saber mais acesse: <http://biopolitica.com.br/>. De acordo com a professora JimenaFurlanino (2015, p. 02) “O termo “ideologia de gênero” NÃO ESTÁ PRESENTE, não é de uso contexto das Teorias de Gênero. Esse termo, essa expressão, foi criada/inventada, recentemente, no interior de alguns discursos religiosos. Trata-se de uma INTERPRETAÇÃO, EQUIVOCADA e CONFUSA, que não reflete o entendimento de “Gênero” presente na Educação e na escolarização brasileiras, nas práticas docentes e/ou nos cursos de formação inicial e continuada de professoras/as.”

O cenário político brasileiro, de acordo com Maurício Roberto da Silva, Giovani de Lorenzi Pires e Rogério Santos Pereira (2015), encontrava-se em 2015 mais conservador desde 1964, período da ditadura civil militar no Brasil. De acordo com os autores (2015, p. 08),

Neste sentido, é preocupante o “avanço” da “vanguarda do atraso” composta, fundamentalmente, pela chamada bancada BBB: *bíblia* (pastores fundamentalistas), *boi* (agronegócio) e *bala* (ligada diretamente à polícia e às empresas de segurança, ao aparato repressivo e contra o estatuto do desarmamento). De acordo com o Levantamento do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), essa “bancada do conservadorismo” é composta por 251 deputados eleitos. A bancada ruralista é composta por 153 deputados; a bancada evangélica, por 75, e a bancada da repressão, por 23. Esses senhores e senhoras representam um retrocesso e ameaça à democracia conquistada a duras penas e constituem um desafio essencial para reorganização das forças progressistas. Aqueles/as, com suas ideologias, comandam a “onda de conservadorismo”, que se amalgama a cada dia no ponto de vista do chamado “ódio de classe”, de raça/etnia (críticas duras às cotas de negros nas universidades), aliado a questões de gênero, como, por exemplo, a homofobia e o Projeto 5.069/13 que, se aprovada pela Câmara dos Deputados, poderá dificultar o acesso das mulheres vítimas de estupro aos procedimentos abortivos previstos em lei.

Essa análise do cenário político brasileiro no ano de 2015, que apresenta-se como um retrocesso nos avanços e discussões sobre o debate de gênero, classe, raça/etnia, diversidade nas escolas (como a falta de acesso aos estudos de gênero pelas/os das/os profissionais da educação), contribui de forma significativa para que a escola não realize seu papel de acesso ao conhecimento livre de opiniões do senso comum e dos fundamentalismos religiosos, auxiliando para a construção de uma sociedade com atitudes comportamentais machistas e sexistas, nas quais o preconceito e as desigualdades entre os grupos de pessoas são naturalizados. É no ambiente escolar que reforçamos as desigualdades de gênero, delimitando o que é de menino o que é de menina, nas brincadeiras, nas cores e no modo do comportamento. Nesse sentido acredito que,

É importante discutirmos a temática gênero e educação porque a instituição escolar, de forma explícita ou implícita, por meio do seu currículo, seu projeto político pedagógico, suas práticas pedagógicas, linguagens, brincadeiras, ainda é um local privilegiado para a discussão e reflexão sobre a produção e reprodução das desigualdades entre os gêneros. (GRAUPE; SOUZA, 2015, p. 111)

Compreender a importância de inserir os debates de gênero no ambiente escolar estão entrelaçados às mudanças de concepções, paradigmas e conceitos que estão presentes em nossa sociedade. Problematizar, discutir, inserir as problemáticas de gênero na escola vai além do entendimento da luta pelas igualdades de direitos e respeito entre os grupos humanos, o debate de gênero trará à tona problemáticas racistas, classistas, homofônicos, que estão presentes nas relações de poder criadas pelos sujeitos que compõem o universo escolar.

Entendendo assim a categoria de gênero em uma perspectiva histórica cultural, ou seja, compreendendo o conceito de Gênero como uma construção dos modelos de masculino e feminino resultantes de um processo histórico que será diferenciado dependendo da forma social e cultural que os grupos de pessoas estão organizados.

A categoria de análise gênero constitui-se por uma construção histórica e social do que definimos por masculino e feminino, bem como por seus atributos, que ultrapassam o que é biológico dos seres humanos para uma esfera construída historicamente e socialmente, ou seja, o que naturalizamos como características sociais do feminino e masculino são construídas e não dadas naturais. Nessa perspectiva, muitas das características atribuídas às mulheres ao longo do processo histórico da sociedade ocidental, tornaram-se naturalizadas a partir do discurso biológico que inferioriza as mulheres perante os homens, contribuindo para a opressão e a violência contra o sexo feminino.

Desse modo, ao analisar o universo escolar e suas estratégias metodológicas educativas, torna-se legível as relações de gênero que se construíram historicamente e socialmente e que se naturalizaram com os discursos de poder de determinados grupos sociais sobre outros. Haja vista, que ao mesmo tempo em que algumas ambientes educacionais possam inserir os/as estudantes no universo do conhecimento, criando formas diversas de acolhimento ao meio escolar e social, respeitando as suas diferenças, suas aptidões e suas sabedorias e também suas orientações sexuais. Outras instituições de ensino, ou até mesmo grupos específicos de educadores/as, podem desestimular, segregar, criar estereótipos e excluir os/as educandos/as e, principalmente, reafirmar as normas de gênero impostas pela sociedade heteronormativa, que criaram os papéis de masculino e feminino, e assim reafirmando características homogenizadoras e monoculturais.

Inserir os estudos de gênero nas escolas faz com que possamos construir uma educação igualitária e democrática, tendo como base o respeito à diversidade, cultural, étnica e de gênero na construção do conhecimento. A partir do debate de gênero seria possível então promover a igualdade entre meninos e meninas; problematizar as questões sobre violências de gênero e violências sexuais; combater os estereótipos de gênero; acolher os diversos modelos de família; combater os machismos e sexismos; combater a violência do bullying; contribuir para o empoderamento das meninas e meninos; reconhecimento da diversidade sexual, enfrentamento da homofobia, lesbofobia, transfobia; promover os direitos e a inclusão no ambiente escolar; trabalhar as questões étnico/raciais; combater o racismo e a xenofobia; respeitar as diversas formas de religiosidades das/os educandos e seus familiares; inclusão das/os estudantes com deficiência; promover debates sobre Saúde Sexual e produtiva.

A discussão de gênero na escola torna-se ampla quando trabalhamos em uma concepção interseccional, na qual não se descola as questões de gênero, raça/etnia, classe social e geração, ou seja, outros marcadores sociais da diferença, que implicam nas relações de poder (BRITO; FREITAS, 2014). Nessa perspectiva, compreendendo o meio educacional como um sistema plural e diversificado que está em constantes transformações (pois o ambiente escolar é construído por sujeitos diversos e multiculturais que necessitam ser representados para que possam desconstruir as desigualdades de gênero) e possibilitar atitudes de respeito e acolhimento às diferentes identidades de gênero que se apresentam no ambiente escolar.

No próximo capítulo buscamos compreender de que forma o Ministério da Educação (MEC) por intermédio da prova do Enem no ano de 2015 empenhou-se para trazer o debate de gênero para as escolas brasileiras. Sendo necessário conhecermos brevemente a implantação do Enem e suas finalidades.

3 O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM E A PERGUNTA DE SIMONE DE BEAUVOIR

O Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, criado em 1998 pelo Governo Federal, tem entre suas finalidades avaliar o desempenho das/os estudantes das redes municipais, estaduais e federais das escolas públicas ou privadas de todo o território brasileiro. A prova, composta por questões objetivas e uma redação, averigua o nível do ensino nas instituições escolares, bem como contribui para promover o ingresso e a permanência nas universidades por meio dos programas de bolsas de ensino e de financiamento estudantil.

Desse modo, apresentamos aqui uma breve descrição do que é o Enem e suas finalidades, para que possamos compreender a proeminência de sua execução e conseqüentemente dos temas apresentados em suas perguntas e na redação; prosseguindo com a análise da questão da prova de Ciências humanas e suas Tecnologias que apresentou uma citação retirada do livro *O Segundo Sexo* da filósofa Simone de Beauvoir.

3.1 O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM: SUA IMPLEMENTAÇÃO E FINALIDADES

O Enem foi criado em 1998 no governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), vinculado ao MEC - instituído na década de 1930 no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), sendo de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP. De acordo com informações coletadas do site do MEC, o Enem tem por objetivo diagnosticar o desempenho das/os estudantes quando terminam a educação básica, com intenção de melhorar a qualidade desse nível de escolaridade (MEC, 2016).

De acordo com Edilma Mota Rodrigues Sampaio (2012, p. 26), “o contexto educacional atual tem início com a Constituição Federal de 1988 e as reformas dos anos de 1990, as quais traduzem as orientações políticas de Estado regulamentando as legislações educacionais vigentes no Brasil.” Anteriormente à aplicação do Enem a verificação da qualidade do ensino no Brasil nos níveis do ensino fundamental e médio era realizado excepcionalmente pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação

Básica – SAEB, instituído pelo MEC na década de 1990. O SAEB, além de avaliar a qualidade do ensino contribui para organizar e planejar as políticas públicas para o ensino fundamental e ensino médio. Com a reforma no sistema educacional nos anos de 1990 e a sistematização das Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei Nº 9.394 de 30 de dezembro de 1996) publicadas no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso- que foi um amplo movimento da comunidade civil -, o ensino médio⁸ passou a ser avaliado pelo Enem com o objetivo de avaliar as/os concluintes do ensino médio e conseqüentemente a qualidade da educação básica brasileira (SAMPAIO, 2012).

O imperativo de um sistema que avalie a educação básica brasileira em nível do ensino médio está atrelado ao contexto político e econômico e social do Brasil na década de 1990, período de redemocratização da sociedade brasileira com o fim da ditadura civil militar (1964-1985), o crescimento do capitalismo e do neoliberalismo e a necessidade de mão de obra qualificada com escolarização que contribui para a formação do mercado de trabalho. Desse modo, as políticas públicas que reformaram o ensino na década de 1990, estavam atreladas com o movimento mundial do neoliberalismo de transferência de suas responsabilidades para os setores privados, e a educação serviria as exigências do mercado de trabalho que se torna a cada ano mais competitivo (SAMPAIO, 2012).

Segundo Fernando Lang da Silveira, Márcia Cristina Bernardes Barbosa e Roberto da Silva (2015, p. 01),

Durante mais de dez anos este exame foi usado única e exclusivamente para avaliar as habilidades e competências de concluintes do Ensino Médio, sem o objetivo de selecionar para o ensino superior. Os exames de seleção, os concursos vestibular ao ensino superior, eram formulados por equipes locais país a fora e formatos diferentes ocorriam nas diversas universidades. Da heterogeneidade entre os distintos concursos decorria certa diversidade cultural e de formação dos ingressantes no ensino superior.

⁸ Sampaio (2012, p. 38) salienta que as modificações na reforma educacional na década de 1990 e com a publicação da LDB, no artigo 35, institui como finalidades do ensino médio (Brasil, 1996), “assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, aprimorar o educando como pessoa humana, preparar para o trabalho, para a cidadania, além de desenvolver competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos.” De acordo com a autora “foi instituída uma nova concepção de formação humana, a qual vincula a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e uma nova proposta curricular para o Ensino Médio.”

A partir de 2009, o Enem é utilizado para a seleção de ingresso nas Universidades privadas, públicas e comunitárias e com a organização do Sistema de Seleção Unificada – SISU, que seleciona estudantes para as instituições públicas de ensino superior. O resultado do Enem também passou a ser utilizado para o acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, bem como para concorrer a bolsas de estudos no Programa Universidade para Todos - ProUni – do governo federal criado em 2005 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) - Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 -, que concede bolsas integrais ao de 50% para alunas/os que obtiverem bons resultados na prova do Enem.

Os resultados do Enem podem ser aproveitados pelas/os candidatas/os que não têm condições de pagar as mensalidades do curso superior em instituições privadas, podendo utilizar o resultado do exame para acessar ao Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, -criado em 1999 no governo do Fernando Henrique Cardoso e ampliado nos governos consecutivos. O Fies serve como uma forma de empréstimo para as/os estudantes que pagam ao governo no final da graduação, assim o Enem tornou-se uma das principais mecanismos de seleção para o ingresso no ensino superior.

As/Os alunas/os que já concluíram o ensino médio em anos anteriores podem estar realizando a prova e concorrer às ofertas de bolsas e as vagas nas universidades de todo o país e para aquelas/os alunas/os que não concluíram o ensino médio poderão utilizar a nota do Enem como mecanismo de adquirir o certificado de conclusão do ensino médio.

Silveira, Barbosa e Silva (2015, p. 01) argumentam que um dos aspectos que pode ser considerado positivo no Enem é o favorecimento da mobilidade das/os alunos para as instituições de ensino superior em diferentes regiões do Brasil, desse modo, permitindo que estudantes de regiões menos desenvolvidas migrem para outras mais desenvolvidas. Considerando que “esta mobilidade é interessante não somente para a criação de lideranças em todos os Estados da Federação, mas igualmente para estabelecer um ambiente multicultural em nossas universidades. “Isto é, além de avaliar o desempenho das/os alunas/os do ensino médio, o Enem tem por finalidade tornar o acesso à educação superior democrática e um ambiente mais diversificado por intermédio da mobilidade. Todavia, as/os autores/as salientam que a mobilidade resultante da utilização do Enem ainda é baixa:

Dados de 2012 demonstram que a mobilidade entre os Estados é de somente 13,2%, consistindo, principalmente, de estudantes oriundos dos estados mais ricos (o PIB foi usado como principal indicador de riqueza). Os estados mais ricos da federação têm dominado significativamente a “exportação de alunos”, contribuindo majoritariamente para a mobilidade por intermédio da conquista de muitas vagas fora deles. Considerando-se a mobilidade apenas para os seis estados mais ricos do país (SP, RJ, MG, RS, PR e BA, em ordem decrescente de PIB), vê-se claramente que os estados mais ricos dominam amplamente esse tipo de movimento estudantil. Assim, contrariamente ao que o governo afirma, os estados mais pobres não conseguem exportar seus alunos para os seis estados mais ricos do Brasil, sendo suas vagas ocupadas pelos estudantes oriundos desses mesmos estados mais ricos. Segundo os dados, os estudantes paulistas dominam amplamente esse tipo de mobilidade (SILVEIRA, BARBOSA e SILVA, 2015, p. 01), .

Nessa perspectiva, a importância do Enem como forma de mobilidade das/os jovens para as várias universidades brasileiras devem ser analisados de forma que contemplem as questões socioeconômicas das/os estudantes, pois os resultados do Enem busca democratizar a educação superior, entretanto considerando a problemática apresentada acima, ainda não conseguiu atingir esse objetivo, sendo necessária a ampliação das políticas públicas de cotas para que mais jovens das classes desfavorecidas tenham acesso a universidades de qualidade.

As provas do Enem são organizadas por quatro provas divididas em quatro áreas de conhecimento compostas por 45 questões cada, que apresentam questões – problemas contextualizados. As áreas de conhecimento são: a prova de *Ciências Humanas e suas Tecnologias*, que aborda as disciplinas de Geografia, Filosofia, História e Sociologia. A prova de *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias* que contempla as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira – inglês ou Espanhol, Literatura, Artes, Educação Física, Tecnologia da Informação, “Os textos que compõem a prova de linguagens do ENEM exigem um leitor atualizado com as últimas tendências de comunicação, inclusive dos últimos avanços tecnológicos (SOUZA; OLIVEIRA, 2014, p. 10).” A prova de *Matemática e suas Tecnologias* que aborda os conhecimentos de Matemática, Geometria e Álgebra, e a área do conhecimento *das Ciências da Natureza e suas Tecnologias* que consistem as disciplinas de Química, Biologia e Física. Para Samara Falcão Tavares de Souza e Silvia Naara da Silva Pinto (2014, p. 02)

A proposta desse exame não é que o aluno aprenda o maior número de conteúdos possíveis; o que se pretende através das questões é avaliar as

habilidades e competências desenvolvidas pelo estudante ao longo de sua formação na educação básica. Uma das competências mais valorizadas pelo ENEM é a leitura, que não é contemplada somente nas provas de “Códigos e linguagens”, mas é um eixo cognitivo explorado por todas as áreas.

Apesar das provas serem organizadas por áreas de conhecimento, as/os elaboradoras/es do exame buscam organizá-las de forma que os conteúdos sejam trabalhados interdisciplinarmente contextualizados, sendo baseada no documento que norteia a educação básica brasileira - os Parâmetro Curriculares Nacionais - PCNs.

Na redação é avaliado o domínio da norma padrão da língua portuguesa as/os estudantes devem ser capazes de argumentar sobre o tema proposto, bem como conseguir interpretar os fatos e as opiniões. Sendo fundamental uma argumentação em sua redação que respeite os direitos humanos, caso isso não ocorra a/o aluna/o/ pode zerar na redação. Outros fatores que leva a/o estudante a zerar na prova é a fuga do tema proposto ou deixar o texto em branco, bem como escrever apenas sete (7) linhas na redação.

É importante salientar que no ano de 2015 o tema da redação foi "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira", ou seja, uma temática articulada com os estudos de gênero, anunciando a emergência dessa discussão nas salas de aulas das escolas brasileiras, uma vez que 10 mil textos foram anulados, pois não respeitaram os direitos humanos, isto é, as/os candidatas/os não conseguiram discorrer sobre o tema ou realmente concordaram com a violência contra a mulher, foram então eliminados da prova. Colaborando para a discussão realizada no item 2.3 desta pesquisa a importância do debate de gênero nas escolas brasileiras.

Entendendo o Enem como o principal instrumento de avaliação da educação básica em nível do ensino médio que influencia nas práticas pedagógicas e na construção do currículo educacional, sistematizando especialmente o ensino médio nas escolas brasileiras para atender as exigências dos conteúdos trabalhados na prova. Monike Gabrielle de Moura Pinto e Ricardo de Aguiar Pacheco (2014, p. 78) destacam que “o Enem se constituiu como o direcionador do currículo do Ensino Médio e progressivamente ocupa o lugar dos vestibulares das diversas universidades, que até então serviam de referência para as escolas.” Sampaio (2012, p. 33) argumenta que:

No contexto das políticas de Estado, a avaliação é denominada externa e tem como finalidade avaliar o investimento na educação proveniente das reformas desenvolvidas. Vale esclarecer que, com a implantação das políticas

avaliativas educacionais de sistemas ou em larga escala, estabeleceu-se a possibilidade de analisar os resultados da educação que está sendo oferecida nas escolas. Sob essa óptica a utilização da avaliação em larga escala é justificada pelo Estado como forma de acompanhar o que se ensina e como se ensina nas instituições educativas.

Nessa perspectiva o sistema de avaliação como o Enem possibilita avaliar não apenas as/os estudantes, mas todos os sujeitos e as instituições envolvidos no sistema educacional, como professoras/os, o governo, as instituições escolares, bem como, as práticas metodológicas utilizadas para o ensino e aprendizagem, englobando os materiais – didáticos e todo tipo de ferramenta pedagógica utilizada no processo educacional. O Enem como uma das ferramentas de avaliação mais relevantes do sistema educacional brasileiro apresenta-se como um dos norteadores dos temas e conteúdos a serem estudados nas instituições de ensino, sendo necessário que as/os docentes consigam lecionar para as/os discentes os conteúdos de forma interdisciplinar para que consigam apresentar soluções para os problemas sociais, desse modo, tornando-se necessário ministrar assuntos e conteúdos que estejam presentes no cotidiano da sociedade para que assim sejam avaliadas as habilidades e competências das/os estudantes de forma que elas/es possam contribuir para a construção de uma sociedade igualitária e democrática.

A prova do Enem realizada nos dias 24 e 25 de outubro de 2015 apresentou questões e temas relacionados à condição das mulheres na sociedade brasileira, principalmente trazendo como tema da redação a permanência em nossa sociedade da violência contra às mulheres e questões relacionadas à luta dos movimentos feministas sobre a igualdade de gênero, isto é, exigindo dos 5,7 milhões de candidatos que realizaram a prova um raciocínio crítico e coerente sobre essas temáticas. A prova de *Ciências Humanas e suas Tecnologias* particularmente apresentou uma questão específica relacionada à organização do movimento feminista nas décadas de 1960 e a luta pela igualdade de gênero.

3.2 A PROVA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS: QUESTÃO 01 “NINGUÉM NASCE MULHER TORNA-SE MULHER”:

A prova de *Ciências Humanas e suas Tecnologias* do Enem, que dispõem de questões relacionadas às disciplinas de Geografia, Filosofia, História e Sociologia, foi

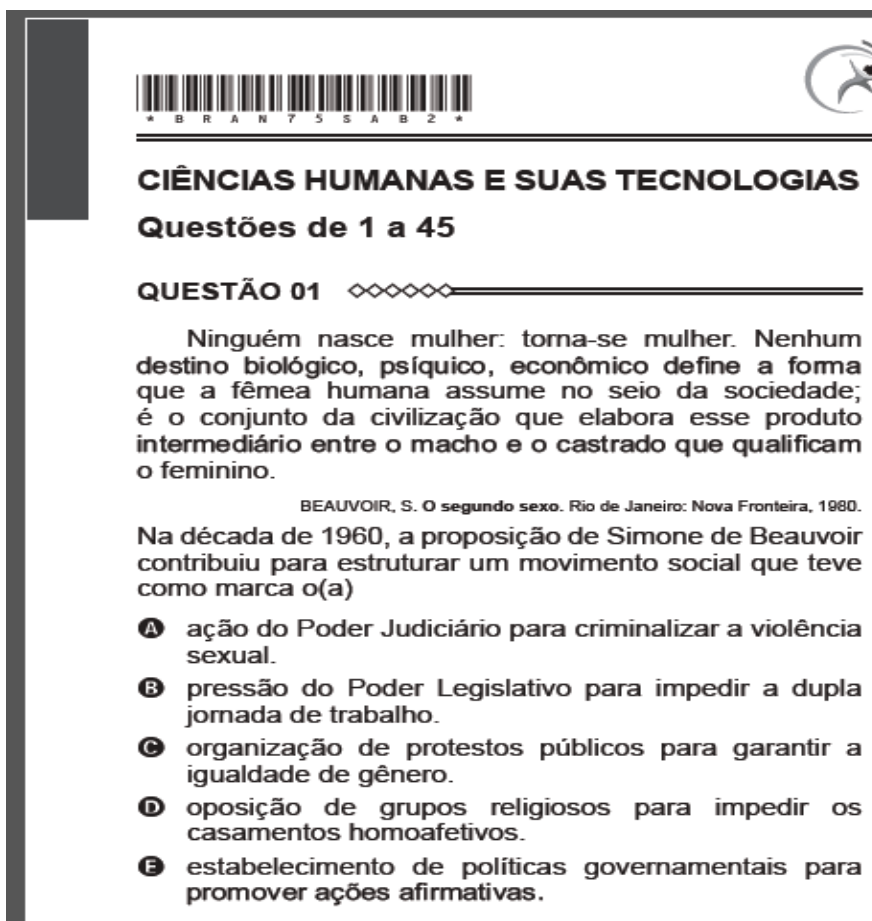
realizada em todo território nacional no dia 24 de outubro de 2015. A prova de cor Branca⁹ composta por 90 questões numeradas de um (1) a noventa (90), divididas em duas (2) áreas de conhecimento, sendo que as questões de número um (1) a quarenta e cinco (45) relativas à área de *Ciências Humanas e suas Tecnologias* e as questões de número quarenta e seis (46) a noventa (90) relativas à área de *Ciências da Natureza e suas Tecnologias*. Em cada uma das questões são disponíveis cinco (5) opções de respostas sendo que apenas uma (1) está correta. As/Os candidatas/os tinham o tempo de quatro horas e trinta minutos para responder às questões. Entre as exigências da matriz de referência da prova de *Ciências Humanas e suas Tecnologias* disponíveis pelo MEC e o INEP, as provas dessa área de conhecimento foram organizadas com a seguinte base:

Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais. H11 - Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço. H12 - Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades. H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder. H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas. H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história. (INEP, s/d)

Nessa perspectiva, a prova do dia 24 de outubro de 2015 apresentou no seu caderno de perguntas, na questão de número 01, um questionamento a respeito da citação retirada do livro *O Segundo Sexo volume 02 - A experiência vivida* de Beauvoir, na Figura 01 a seguir, apresento um recorte da prova do Enem que apresenta a questão:

⁹ As provas realizadas entre os dias 24 e 25 de outubro de 2015, foram divididas em cores diferenciadas sendo elas: azuis; amarelas; rosas; cinzas e brancas.

Figura 01: Recorte da Prova do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – 2015 - Prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias- Questão 01:



CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS
Questões de 1 a 45

QUESTÃO 01 ◇◇◇◇◇

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a)

- A** ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.
- B** pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.
- C** organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.
- D** oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.
- E** estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.

Fonte: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – Prova de Ciências Humanas e suas tecnologias – 2015 – Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2015/CAD_ENEM%202015_DIA%201_03_BRANCO.pdf Acesso em 20 de Out. de 2016.

A questão apresentada na prova representa a luta dos movimentos feministas pela igualdade de gênero na sociedade, trazendo para o debate a contribuição de Beauvoir tanto para os questionamentos sobre a condição da qual as mulheres estavam imersas nas sociedades, como para a construção da categoria de gênero dentro dos movimentos feministas e na produção acadêmica, como já apresentamos no capítulo 01, no qual buscamos apresentar a trajetória da filósofa e o contexto do livro, bem como a construção da categoria gênero e as lutas dos movimentos feministas.

Todavia é importante salientar que o movimento feminista passa por várias transformações e modificações durante os anos de sua atuação. Atualmente, não podemos considerar que exista apenas um movimento feminista que contemple todas as reivindicações, mas sim vários feminismos, com bandeiras de lutas diversas como argumentam Pinsky e Pedro (2003, p. 286):

Ideias e práticas feministas nunca foram homogêneas. Contudo, as feministas têm sido unânimes na convicção de que a opressão às mulheres deveria acabar, na rejeição de ideias tradicionais – como a inferioridade natural das mulheres e a necessidade da submissão feminina – e a crença de que a ampliação de papéis e opções para as mulheres criaria um mundo melhor para todas.

Nessa perspectiva de construção de um mundo melhor para todas e todos, os movimentos feministas levantam as suas bandeiras de lutas na busca da equidade de direitos para todos e todas. Assim, os movimentos feministas encontram-se presente em outras lutas sociais, como o Movimento dos Sem-Terra, os Movimentos das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, os Movimentos Negros, os Movimentos das Pessoas com Deficiências, isto é, entre outros movimentos sociais que buscam por igualdade dos direitos políticos, sociais e econômicos na sociedade contemporânea, bem como por respeito e visibilidade.

Os movimentos feministas que surgiram e que se desenvolveram ao longo dos anos na análise de Santos (2014), consistem em espaços de destaque no amadurecimento político da humanidade. Pinsky e Pedro (2003, p. 304) ainda apontam que,

A atuação feminista também tem sido relevante no sentido de chamar a atenção para os diversos tipos de violência que tem as mulheres como alvo privilegiado. Desde meados dos anos de 1980, as feministas reivindicam com muita ênfase uma política social preocupada com a segurança das mulheres nas ruas e em seus próprios lares, punições mais severas para o estupro e a violência doméstica, programas de proteção às vítimas e campanhas de conscientização nas escolas e nos meios de comunicação.

Entre as várias conquistas dos movimentos feministas ao longo de seu percurso histórico de atuação, ainda encontram-se na contemporaneidade resquícios da cultura patriarcal. Nesse modo, os feminismos buscam ainda compreender o sofrimento e a luta cotidiana de mulheres em diferentes raças, etnias, religiosidades, faixas etárias e situações financeiras diversas que sofrem com a opressão relacionada à cultura

patriarcal nas diversas sociedades. As reivindicações dos movimentos feministas estão relacionadas desde o fim da violência nos vários espaços sociais, como com o fim da cultura do estupro e da violência doméstica, física, simbólica e sexual sofrida por várias mulheres todos os dias, bem como pela ampliação dos espaços de atuação das mulheres, pela garantia e permanência dos direitos já conquistados e pela busca de outros direitos que necessitamos e precisam ser conquistados.

Nesse entendimento, podemos afirmar que o Enem, como um dos principais instrumentos de avaliação da educação no Brasil, ao apresentar uma questão relacionada à Beauvoir e as lutas dos movimentos feministas para que milhões de estudantes das redes públicas e particulares de ensino brasileiro tenham que pensar ler e responder a respeito, contribuiu para o acesso ao conhecimento tanto do movimento social e suas/es principais pensadoras/es quanto para o acesso aos conhecimentos disseminados pelos feminismos que buscam construir uma sociedade igualitária entre os gêneros. Porquanto, avançou-se em teorias acadêmicas sobre a categoria de gênero e sua importância dentro do ambiente escolar, mas a escola está distante desse debate acadêmico, assim continua sendo um espaço privilegiado para reforçar as desigualdades entre os gêneros. Assim necessita-se que ocorra uma aproximação mais efetiva entre o espaço escolar e o mundo acadêmico, possibilitando o acesso das/os estudantes de diferentes Estados o contato com as problemáticas que os estudos de gênero vem denunciando ao longo dos anos. O Enem, de alguma maneira, possibilitou essa aproximação entre os estudos de gênero e a escola.

Todavia, chamamos a atenção para o fato de que a autora escolhida para representar a base da organização da luta de gênero é uma escritora europeia, corroborando assim para que o ensino tenha uma perspectiva eurocêntrica dos estudos de gênero, pois no Brasil no século XIX já encontramos autoras que desenvolveram escritos que questionavam a condição das mulheres na sociedade e contribuíram para a organização dos movimentos de igualdade dos gêneros. Entre elas podemos citar Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810 – 1885), que escreveu em 1832 *O direito das mulheres e a justiça dos homens* inspirado no livro de Mary Wollstonecraft (1759 – 1797), *Reivindicações dos direitos das mulheres*, escrito em 1790. Não estamos desconsiderando a importância de Beauvoir para os estudos de gênero - pois estaríamos indo contra a proposta desta pesquisa -, todavia estamos ressaltando que existiam outras mulheres pesquisadoras brasileiras ou até mesmo de outros países da América Latina

que contribuíram para os estudos. A prova da disciplina Inglês, da área de concentração de *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, apresentou um texto da americana mestiça Glória Evangelina Anzaldúa, que contribuiu para a teoria feminista, bem como para os estudos descolonizadores¹⁰, entretanto, sua presença na edição do Enem 2015 não foi tão referida nas redes sociais quanto a que mencionava Beauvoir.

Podemos considerar que a presença de escritoras feministas que contribuíram e contribuem para os estudos de gênero, demonstra certa resiliência dentro das organizações e instituições de educação do Governo Federal no ano de 2015 para que o debate de Gênero e Diversidade na Escola sejam temáticas trabalhadas nas salas de aula de todo território brasileiro, mesmo que setores políticos vinculados às bancadas mais conservadoras não concordem com o inserção desse debate.

A repercussão no meio virtual, como *Facebook*, *Twitter*, *Blogs* e nos sites de informação jornalísticas da internet, demonstrou uma sociedade dividida, entre os que concordaram e os que não concordaram que esse debate esteja sendo realizado nas escolas. Ocorrendo também nos meios de comunicação, movimentos de hostilização que conceberam inverdades sobre a trajetória de Beauvoir, tentando desqualificar a importância de seu trabalho para a superação das desigualdades entre homens e mulheres. Desse modo, faz-se necessário analisarmos como as mídias digitais contribuíram para a repercussão da questão do Enem apresentada neste item.

¹⁰ Para compreender as contribuições de Gloria Anzaldúa, pesquisar o artigo de Claudia de Lima Costa e Eliana Ávila (2005) intitulado “Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”” Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300014 Acesso em 21 de Out. de 2016.

4 A REPERCUSSÃO DA QUESTÃO 01 DO CADERNO DE PROVAS DA ÁREA DA CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO NO ANO DE 2015:

Atualmente as mídias digitais têm proporcionado cada vez mais acesso a informações de modo muito rápido e contribuindo para que o acesso ao conhecimento e as informações sejam realizados de forma democrática. Um dos usos desses meios têm sido os blogs individuais de organizações e entidades, as redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, bem como revistas e jornais eletrônicos de cunho livre ou vinculados a editoras e meio de comunicação de massa. De acordo com Gilza Maria Leite Dorigoni e João Carlos da Silva (s/d)

A rapidez da disseminação da Internet pelo mundo, em relação a outras mídias. Enquanto o rádio levou 38 anos para atingir um público de 50 milhões nos Estados Unidos, o computador levou 16 anos, a televisão, 13 anos e a Internet levou apenas quatro anos para alcançar a marca de 50 milhões de Internautas. O avanço tecnológico se colocou presentes em todos os setores da vida social, e na educação não poderia ser diferente, pois o impacto desse avanço se efetiva como processo social atingindo todas as instituições, invadindo a vida do homem no interior de sua casa, na rua onde mora, nas salas de aulas com os alunos, etc. Desta forma, os aparelhos tecnológicos dirigem suas atividades e condicionam seu pensar, seu agir, seu sentir, seu raciocínio e sua relação com as pessoas.

Nesse sentido, ao ser divulgado os cadernos de prova do Enem 2015, ocorreu a publicação por intermédio das mídias digitais da internet a repercussão da questão que apresentou uma pergunta sobre o movimento feminista com base na citação de Beauvoir, como discutimos no capítulo anterior, item 3.2, tal repercussão foi analisada neste trabalho por meio dos dois sites de jornalismo da internet *G1 e Pragmatismo político*, com o objetivo de compreender de que forma se deu a repercussão da questão 01 da prova de *Ciências Humanas e Suas tecnologias*.

4.1 A REPERCUSSÃO DA QUESTÃO DA PROVA DE SIMONE DE BEAUVOIR NO JORNAL VIRTUAL G1:

O site de jornalismo *G1* criado em 2006 pertence à maior emissora de comunicação do Brasil, o Grupo Globo. O Grupo Globo atua nas esferas de comunicação por meio da televisão, rádio, cinema, jornal e revista eletrônica e impressa

e venda dos mais variados produtos. A TV Globo – fundada em 1964 - é distribuída em quase todo o território nacional, por meio de emissoras próprias e afiliadas e cem (100) países por meio do Globo Internacional, contendo conteúdos em trinta (30) canais por assinatura. No cinema possui a produção e distribuição de filmes e curtas metragens por meio do Globo Filmes. Na esfera musical dispõem da Som Livre que vende e produz CDs, DVDs entre outros suportes físicos, tal como produz conteúdos sonoros digitais e organização de eventos. No rádio atua por intermédio de emissoras próprias e afiliadas pelo sistema Globo Rádios, tendo como principais segmentos a CBN e o Rádio Globo. Na venda de produtos, o Grupo Globo é responsável pelo ZAP, um portal de classificados de compra e venda de imóveis. Na área jornalística é dirigente de jornais impressos e digitais através da Infoglobo e da Editora Globo. O Infloglobo congrega os jornais diários como O Globo – fundado em 1925 – e o jornal Valor da Economia. A Editora Globo contém 16 revistas além de editoras de livros (GRUPO GLOBO, 2015). A Globo, também possui conexão com outras páginas virtuais da internet, como Facebook, Twitter, Google+ e Pinterest, para que seus usuários possam compartilhar e acessar por suas próprias redes pessoais online.

O grupo Globo pertence à família Marinho, considerada a família mais rica do Brasil pela Revista americana *Forbes* em 2014. As Organizações Globos e seus donos são acusados constantemente por outros meios de comunicações de cunho independentes de ser um grupo de posicionamentos conservadores e que apoiou o golpe da Ditadura Civil Militar no Brasil no período de 1965 – 1985, bem como contribuidora para a manutenção das desigualdades sociais no Brasil. Possuidora dos meios de comunicação de massa brasileiros, o Grupo Globo produz uma narrativa que contribui para a formação de opiniões públicas, em especial àqueles e àquelas que não possuem outras possibilidades de acesso as informações, tendo apenas o acesso a informações por meio de suas áreas de comunicação.

O site do *GI* é destinado à divulgação de vários tipos de notícias, como assuntos relacionados informações sobre política, economia, fatalidades, educação, ou seja, é um portal de jornalismo que publica notícias que está circulando no mundo todo e em especial os acontecimentos no território brasileiro.

Com a repercussão nas redes sociais - Facebook, Twitter e Instagram – que gerou uma quantidade significativa de conteúdos midiáticos sobre a questão da prova do

Enem que apresenta a pergunta com o conteúdo da citação de Beauvoir (1949), o portal do G1 apresentou como ocorreu à repercussão na página destinada à educação.

O site da *G1* – buscou uma narrativa da reportagem neutra em sua descrição, isto é, não tendenciosa – apenas descrevendo e apresentando as postagens das/os internautas/os sobre a questão da prova e como ocorreu a repercussão nas páginas virtuais de entidades particulares e páginas pessoais das/os militantes feministas, buscando não demonstrar sua posição política contra ou a favor do que as/os feministas estão postando em suas redes sociais sobre o fato de Beauvoir ter sido usada como referência no Enem. Em uma reportagem produzida no dia 24 de outubro de 2015 no sábado, às 20h34min e assinada pela jornalista Thais Lima da rede do G1 de São Paulo (Figura 02), demonstrando a rapidez de como a prova circulou nas redes sociais, a repercussão nas redes sociais de internautas brasileiras/os sobre a questão da prova do Enem 2015 é mencionada pelo portal de notícias.

Figura 02: Recorte da página virtual do site do jornal G1 - Enem 2015: Questão Sobre Feminismo é Comentada nas Redes Sociais.

globo.com | g1 | globoesporte | gshow | famosos & etc | vídeos

MENU | G1 | EDUCAÇÃO | ENEM 2015

24/10/2015 20h35 - Atualizado em 24/10/2015 21h44

Enem 2015: questão sobre feminismo é comentada nas redes sociais

Grupos feministas comentaram sobre a inclusão da questão na prova. 'Triste notar que frase seja tão atual', afirma especialista em sexualidade.

Thais Lima
Do G1, em São Paulo

FACEBOOK | TWITTER | G+ | PINTEREST

Uma questão da prova de Ciências Humanas do Enem 2015 chamou a atenção de grupos feministas e ativistas nas redes sociais. A pergunta traz a célebre frase de Simone de Beauvoir ("Não se nasce mulher, torna-se mulher") e é citada em uma questão sobre as lutas feministas da metade do século XX. Elas publicaram reproduções da prova e comentaram sobre a inclusão do assunto no Enem.

A postagem sobre a questão na página "Empodere Duas Mulheres" no Facebook comemorou a inclusão do tema na prova. Até às 20h10 do sábado, o conteúdo teve mais de 12 mil likes e 3,5 mil compartilhamentos. "Acho de suma importância que esse debate tenha sido levantado lá, achei lindo demais", conta a criadora da página Maynara Fanucci. Ela acredita que colocar Beauvoir na prova ajuda a jogar luz sobre o tema. "Ela, como uma das grandes teóricas sobre o feminismo atingindo nacionalmente os estudantes, ajuda a chamar a atenção pra esse assunto tão importante de ser debatido e associado ao nosso contexto atual", afirma.

Postagem na página 'Empodere Duas Mulheres' no Facebook sobre questão do Enem 2015 (Foto: Reprodução/Facebook)

Fonte: Site G1 – Sessão Educação. Disponível em:

<http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/questao-sobre-feminismo-no-enem-2015-e-lemburada-nas-redes-sociais.html> Acesso em 25 de Out. de 2016

No texto, Lima (2015) apresentou como exemplo da repercussão duas páginas virtuais – “Empodere Duas Mulheres”¹¹ e “Memória Feminista”¹² -que postaram conteúdos relacionados ao comprazimento das/os feministas com o fato do MEC apresentar no Enem a Simone de Beauvoir como referência na prova. A primeira página, segundo informações da reportagem, comemorou a inclusão da temática sobre o feminismo, sendo que até as 20h10min do dia 24 de outubro, o conteúdo – apresentado

¹¹ Disponível em <https://www.facebook.com/empondereduasmulheres/> Acesso em 16 de Fev. de 2017.

¹² Disponível em <https://www.facebook.com/Mem%C3%B3ria-Feminista-673184746158497/> Acesso em 16 de Fev. de 2017.

na figura 02 - já havia mais de 12 mil likes e 3,5 mil compartilhamentos realizados pelas/os internautas. De acordo com a entrevista concedida ao *GI*, a coordenadora da página do Facebook “Empodere Duas Mulheres”, Maynara Fanucci, destaca que "acho de suma importância que esse debate tenha sido levantado lá, achei lindo demais", salientando que Beauvoir “[...] como uma das grandes teóricas sobre o feminismo atingindo nacionalmente os estudantes, ajuda a chamar a atenção para esse assunto tão importante de ser debatido e associado ao nosso contexto atual”. (FUNUCCI, 2015)

Além de utilizar o recorte da prova do Enem como documento de ilustração as/os militantes, produziram conteúdos utilizando-se do humor sarcástico para manifestar o potencial que teve a prova do Enem apresentar essa temática em virtude do posicionamento machista de muitos sujeitos em nossa sociedade atual, como podemos observar na Figura 03, que apresenta uma postagem da página virtual do Facebook da "Memória Feminista", apresentando uma foto de Beauvoir com escritas produzidas pelas/os internautas com dizeres irônicos sobre a prova e o incômodo com a questão pelas/os machistas.

Figura 03: Recorte da página virtual do site do jornal G1 - Enem 2015: Questão Sobre Feminismo é Comentada nas Redes Sociais.



Fonte: Site G1 – Sessão Educação. Disponível em:
<http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/questao-sobre-feminismo-no-enem-2015-e-lebrada-nas-redes-sociais.html> Acesso em 25 de Out. de 2016

A repórter ainda entrevista feministas e especialistas no assunto de gênero como a jornalista e especialista Nádia Lapa e a escritora e ativista Daniela Lima que comentam sobre a importância de Beauvoir ser referenciada. Para Lapa (citado por LIMA, 2015)

[...] a questão é adequada ao momento político atual, com a tentativa de retirada de direitos das mulheres. "O triste é notar que uma frase publicada em um livro de 1949 ainda seja tão atual: nós não nascemos mulheres, nós

nos tornamos mulheres porque a socialização feminina é cruel conosco, nos tratando como o tal produto intermediário citado pela autora francesa", comenta.

Já a ativista e escritora Daniela Lima (2015) chama a atenção para importância de ter uma autora mulher em meio a tantos autores homens, destacando que "nas postagens que destacavam os textos de autores importantes presentes na prova, Simone era a única mulher. Ver autoras sendo citadas vai mostrando importantes avanços".

A reportagem também apresenta outros autores que fizeram parte das questões da prova de Ciências Humanas, como o educador Paulo Freire, o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, Friedrich Nietzsche, Max Weber, bem como explicou brevemente os conteúdos que caíram no exame. No final a jornalista destaca os horários e os conteúdos que advieram na prova que foi realizada no domingo dia 25 de outubro de 2015.

Dessa maneira, podemos observar que a reportagem apresentada pelo *GI* buscou demonstrar a repercussão que a utilização da citação de Beauvoir na prova do Enem teve nas redes sociais, bem como destacando a importância do tema ser aplicado em um exame de cunho tão relevante. Todavia, o site não se posiciona visivelmente sobre o assunto, dando voz a estudiosas e militantes que possam fundamentar a magnitude de o exame apresentar uma escritora que possibilitou a introdução dos estudos de gênero. Ou seja, podemos sugerir que o portal apenas apresentou o tema pelo fato da propagação ter sido realizada tão rapidamente pelos outros meios de comunicação midiáticos que a Globo realizou uma reportagem sobre a prova, destacando a divulgação das redes sociais. Mas não se colocando em um ato de apreciação de que tal tema seja trabalhado no Enem, isto é, utiliza-se de uma postura imparcial.

No final da reportagem destacam-se cerca de 534 comentários de leitores do portal de notícia *GI*. Os comentários expostos pela/os internautas, corroboram para a compreensão de uma população que desconhece a história do movimento feminista e suas bandeiras de luta, pois por meio de críticas sem fundamento, utilizam-se de argumentos frívolos e incoerentes para desqualificar o movimento feminista e Beauvoir.

Dentre os comentários que a reportagem apresenta, encontram-se aqueles que argumentam que a citação de Beauvoir no Enem seria uma forma de doutrinação feminista, ou como se utilizam em algumas postagens do termo pejorativo "feminazi", comparando as feministas com os grupos de caráter nazistas desenvolvidos a partir da

Segunda Guerra Mundial (1939-1945) especialmente na Alemanha comandada por Adolf Hitler (1889 -1945), ou relacionam a prova com o governo do Partido dos Trabalhadores – PT, discorrendo que ter uma prova que apresentem essas temáticas só pode acontecer pois o governo é de esquerda, marxista, simplificando e reduzindo essa questão à uma questão identitária partidária. Isto é, os comentários que posicionam contra a introdução da temática de gênero na prova do Enem apresentam um discurso equivocado sobre o que seriam os movimentos feministas, bem como sobre o que são os estudos de gênero, utilizando-se de argumento de hostilização dos grupos feministas e agredindo verbalmente seus seguidores, como podemos observar nos comentários a seguir na Figura 04:

Figura 04: Recorte da página virtual do site do jornal G1 - Comentários produzidos pelas/os internautas leitoras/es



Fonte: Site G1 – Sessão Educação. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/questao-sobre-feminismo-no-enem-2015-e-lemburada-nas-redes-sociais.html> Acesso em 25 de Out. de 2016

Entretanto, salientamos para as circunstâncias de resistências que ocorrem nos comentários, no qual muitas/os internautas buscam elucidar o que é o movimento

feminista, qual sua importância na sociedade e na luta por igualdade e respeito aos direitos humanos, provocam reflexões sobre Beauvoir e sua trajetória, evidenciando as contribuições da autora para os estudos de gênero. Contudo, o que poderia ser um espaço de importantes debates sobre o tema, torna-se um recinto virtual de agressões e disputas para ver quem possui a verdade absoluta.

Os conteúdos produzidos pelos internautas sobre a filósofa encontram-se fora do contexto de seus estudos. Qualificam-na como “apologética a pedofilia”, “marxista”, “nazista” “que trabalhou para o governo de Vichy – pró Hitler” “pregadora de ódio contra os homens”, enfim, utilizam-se de termos, frases, colocações que não fazem presentes tanto nos estudos acadêmicos e biografias que pesquisam sua trajetória, tampouco em suas obras e escritos. No capítulo 01, no item 2.1 buscamos apresentar brevemente a trajetória pessoal e intelectual da escritora, com base em pesquisas acadêmicas que se dedicaram por anos a investigar a história e os estudos de Beauvoir. Assim sendo, tais argumentos, ofensivos, equivocados e distorcidos, discorridos pelas/os internautas nos comentários da reportagem do portal do *GI*, sobre a autora são sem fundamento, não contêm embasamentos teóricos, sendo produzidos por opiniões de senso comum. Todavia, tais escritos contribuem para uma repercussão negativa da figura da autora e das feministas, colaborando para que o debate sobre gênero não avance em nossa sociedade, especialmente no ambiente escolar.

No próximo item analisaremos de que forma ocorreu a repercussão da questão do Enem que menciona Beauvoir no Jornal Virtual *Pragmatismo Político*.

4.2 A REPERCUSSÃO DA QUESTÃO DA PROVA DE SIMONE DE BEAUVOIR NO JORNAL VIRTUAL PRAGMATISMO POLÍTICO - APÓS ENEM, INTERNAUTAS EDITAM PÁGINA DE SIMONE DE BEAUVOIR NA WIKIPÉDIA

O jornal virtual *Pragmatismo Político* foi instituído no segundo semestre de 2009 pelo cientista político e jornalista Luis Soares, tendo tido sua ideia inicial a partir de um blog organizado por ele com a intenção de criar um ambiente no qual pudesse compartilhar e publicar textos seus e de suas/eus amigas/os em um espaço livre para as discussões e o debate. De acordo com Luís Soares, criador, editor geral e colunista declarou em entrevista publicada no site do *Pragmatismo Político* em 2014, que:

O propósito inicial era compartilhar textos originais com colegas e conhecidos, de variadas vertentes políticas e ideológicas, e, com isso, fomentar discussões internas acerca de filosofia, política e história. Um espaço democrático onde prevalecesse o respeito e a possibilidade de aprendizado mútuo. Em suma, eu queria construir o espaço que, à época, sem sucesso, sempre desejei encontrar na rede mundial de computadores.

Tornando-se um site jornalístico profissional do qual suas/seus escritoras/es são colaboradoras/es. Deste modo, suas/es diversas/os escritoras/es buscam informar os acontecimentos que ocorrem na sociedade por meio de uma narrativa crítica e que visa uma postura apartidária, que respeite os direitos humanos e que visa à construção de políticas públicas e temas que estejam presentes no campo social (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2014).

O site tem mais de 1 milhão de visitas mensais e mais de 3 milhões de visualizações em sua página e foi premiado por três anos consecutivos de 2010 a 2013, pela maior premiação da Blogosfera nacional, o *Top Brasil*. Soares (2014) acredita ser importante a descentralização da mídia no Brasil, bem como a universalização da internet para todas/os as/os cidadãs/os brasileiras/os, pois assim tornam-se sujeitos ativos para produzir informações e dar opiniões, salientando a importância de estudar e se informar para gerar conteúdos que serão publicados nos blogs e mídia sociais. Em suas palavras:

[...] dos blogs, que dia após dia adquirem caráter mais profissional e se tornam fontes de informações confiáveis e alternativas; o surgimento das redes sociais, que aceleram o processo de democratização da comunicação, fornecendo espaço para o confronto de ideias aberto e sem hierarquização. (SOARES, 2014)

Nessa perspectiva, a página virtual do *Pragmatismo Político* tem como pretensão a criação de um conteúdo jornalístico democrático e seu posicionamento perante aos assuntos sociais demonstram que suas/seus escritoras/es baseiam-se em uma política de militância para transformar a sociedade. Tendo como slogan “Somente a cidadania plena conduz à democracia. Não há outra forma de ser cidadão que não seja através da educação ideológica e política (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2016)”, apresentam abertamente sua posição política perante suas/seus seguidoras/es e leitoras/es.

O site divide-se em sessões, como: *Início*; *Educação*; *Porões da Ditadura*; *Cultura*; *Eleições 2014*; *Saúde e Mídia*. As sessões apresentam textos, imagens, vídeos produzidos ou organizados pelos colaboradores do jornal e suas publicações são assinadas por quem as publica. As notícias publicadas variam em relação ao gênero literário, entre assuntos atuais e dicas de filmes, artigos de opinião entre outros. O site do *Pragmatismo Político* também possui conexão com outras páginas virtuais como *Facebook* e *Twitter*.

Na sessão que trata da educação o jornal apresentou uma reportagem no dia 29 de Outubro de 2015, produzida pela redação que edita o jornal, resenhando sobre a repercussão da Prova do Enem 2015. A reportagem destaca que a página da Wikipédia¹³ na qual constam informações relativas à trajetória pessoal, a juventude, educação e as principais obras de Beauvoir, foram editadas diversas vezes por internautas após a sua epifania no Enem 2015, como consta na figura a seguir.

Figura 05: Recorte da página virtual do site do jornal Pragmatismo Político - Após Enem, internautas editam página de Simone de Beauvoir na Wikipédia

The image shows a screenshot of a news article from the website 'Pragmatismo Político'. The article is titled 'Após ENEM, internautas editam página de Simone de Beauvoir na Wikipédia'. The text of the article states: 'Após Enem 2015, verbete da Wikipedia sobre Simone de Beauvoir é vandalizado. Filósofa francesa ganha acusações de nazista e até pedófila. Página já foi alterada mais de 40 vezes'. Below the text is a small image of Simone de Beauvoir and a table of contents for her Wikipedia page. The table of contents includes sections like '1 Primeiros anos', '1.1 Família', '1.2 Educação', '1.3 Sartre', '2 Obra', '3 Livros', '4 Referências', '5 Bibliografia', and '6 Ligações externas'. A red circle highlights the text 'So não entendia nada de biologia.' in the table of contents.

¹³ A Wikipédia é uma página de informações da web. Considerada como uma enciclopédia online livre da qual qualquer usuário possa editar seus conteúdos.

Fonte: Site Pragmatismo Político – Sessão Educação. Disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/10/apos-enem-internautas-editam-pagina-de-simone-de-beauvoir-na-wikipedia.html> Acesso em 25 de Out. de 2016

A reportagem discorre que após as críticas realizadas pelas/os internautas em suas redes sociais ou em comentários realizados nas mais diversas páginas da web sobre o tema da redação, aquele seria o momento das/os internautas atacarem Beauvoir na internet, salientando que as críticas sobre a utilização dos estudos da autora já haviam sido realizadas pelos Deputados Federais Marco Feliciano (PSC-SP) e Jair Bolsonaro (PP-RJ) e do blogueiro Rodrigo Constantino. De acordo com a reportagem, a página da *Wikipédia* de Beauvoir foi alterada mais de 40 vezes a partir do sábado dia 24 de outubro, quando iniciou na internet a divulgação das provas de Ciências Humanas e Suas Tecnologias do Enem 2015, que apresentou a citação da autora.

A primeira alteração afirmaria que a autora teria sido muito conhecida por ser comodista e pela sua luta na justiça por uma lei que proíba que as mulheres trabalhem fora de casa. A próxima edição descreveu que Beauvoir escreveu “romances, monografias sobre filosofia, política, sociedade, ensaios, biografias e uma autobiografia. Só não entendia nada de biologia (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2015)”.

A página também é alterada relatando que a autora é polêmica sobre questões relacionadas à pedofilia e que preparava as jovens para que seu companheiro Sartre tirasse suas virgindades, considerando um ato de empoderamento para o início da vida sexual das meninas.

Observamos novamente como já analisado na página do jornal *GI*, as inverdades descritas pela filósofa e sua trajetória pessoal e intelectual, relatadas pelas/os internautas tanto no site do *Wikipédia* e apresenta na reportagem do *Pragmatismo Político*.

Na tentativa de esclarecer as inverdades descritas pelas/os internautas, o jornal apresenta o comentário realizado pela estudiosa de Beauvoir, a filósofa política e feminista Djamila Ribeiro, que comentou no seu perfil na rede social *Facebook*, referentes às contrafações. Nas palavras de Ribeiro (citada por SOARES, 2015)

Eu estudo a obra dela a sério, não tenho tempo a perder com textos desonestos de blogs anti feminista ou de Wikipédia. Do mesmo modo me recuso a debater frases tiradas de contexto ou excertos onde as pessoas fazem afirmações categóricas a partir deles sem nem terem lido a obra dela. Eu estudo a obra de Beauvoir assim como a obra de outras teóricas e inclusive faço críticas a Beauvoir na minha dissertação a partir da perspectiva do

feminismo negro. Isso significa que deslegitimo a obra de Beauvoir? Só se eu fosse louca, a obra dela é um marco. Vamos parar com desonestidade e de tratar obras tão sérias como flafu ideológico ou pra fazer sensacionalismo pseudo crítico (...). Vocês entram num imediatismo absurdo para querer provar quem tem razão, para ganhar likes e desrespeitam todo um trabalho, um sistema filosófico.

Ribeiro salienta as críticas que realiza em sua pesquisa de dissertação¹⁴ sobre Beauvoir, todavia não nega a importância da obra da filósofa para os estudos de gênero, criticando vigorosamente os internautas que não lêem e não estudam a obra da filósofa e decorrem desrespeitando seu trabalho.

A reportagem do *Pragmatismo Político* destaca que nos verbetes da *Wikipédia* em inglês, espanhol e francês a respeito de Simone de Beauvoir não se encontram descrições sobre a autora ser considerada pedófila. A reportagem encerra com a apresentação de outros textos e filósofos citados no Enem 2015.

Em uma linguagem acessível, a reportagem busca desmistificar as inverdades descritas na página da *Wikipedia* sobre Beauvoir, autenticado a postura crítica do portal jornalístico, do qual tende democratizar o acesso a informações legítimas baseadas em pesquisas e estudos. No final da reportagem encontra-se apenas um comentário sobre a reportagem, como podemos ler na Figura 06, apresentada a seguir.

¹⁴ Para compreender as críticas pesquisar: SANTOS, Djamila Taís Ribeiro dos. Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos (SP).

Figura 06: Recorte da página virtual do site do jornal Pragmatismo Político – Comentário de um leitor

Comentários



José Brasileiro
POSTADO EM 01/NOV/2015 ÀS 12:47

Esse não é um ato isolado, e pueril como nos querem fazer acreditar. Há no Brasil atualmente uma orquestração sinistra capitaneada pelos interesses dos 'Donos do Mundo' contra fundamentalmente a nossa soberania, recursos naturais e desenvolvimento. Essa orquestração onde fazem parte dela setores empresariais; setor midiático; uma parcela das Forças Armadas; fração do poder Judiciário; Confrarias Secretas; infelizmente contamina setores da PF; Serviços de Inteligência externos atuando e conspirando em nosso território. Eu não me surpreenderia se alguns desses 'hackers' que alteraram o conteúdo da Wikipedia não estivessem atrelados a outros crimes contra o Brasil. Uma outra coisa, não é isto defendendo o governo, mas é fato em meio a acefalia coletiva criada e incentivada pelo setor midiático, ser contra o governo, e contra tudo que o governo se propõe a fazer -- se é bom ou ruim não vem ao caso; ser homofóbico; ser defensor de fundamentalismo religioso; ser contra minorias; ser a favor de privatizar tudo; rende voto a políticos desconhecidos, 'hânicos', despreparados, e fundamentalmente completamente descompromissados com o Brasil e os Brasileiros. Pelo bem da Nação Brasileira e Democracia, responsáveis pela Inteligência Brasileira e aqueles que tenham amor pelo Brasil vamos monitorar esses 'crimes de aparência pueril recheados de fascismo'. Não se trata de um ataque simples a Simone de Beauvoir e o que ela representa; se trata de um fato articulado e conectado com declarações de políticos descompromissados com o futuro do Brasil em Brasília, e também em Campinas; além de um Procurador. No fundo atacando a Educação através do ENEM, não que o ENEM seja maravilhoso. Mas bastou o ENEM melhorar, de forma significativa a realidade de acesso ao Ensino Superior que sobraram críticas justamente daqueles setores de viés subservientes ao poder internacional e escravocratas! Que a Nação Brasileira prevaleça sempre!

[Responder](#)

0 Comentários
Pragmatismo Político
1 Entrar ▾

♥ Recomendar
🔗 Compartilhar
Ordenar por Mais votados ▾

Fonte: Site Pragmatismo Político – Sessão Educação. Disponível em

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/10/apos-enem-internautas-editam-pagina-de-simone-de-beauvoir-na-wikipedia.html> Acesso em 25 de Out. de 2016

O leitor internauta realiza uma censura aos “hackers” que alteraram a página da escritora, bem como as/aos políticas/os, religiosas/os, militares, donas/os das indústrias e das grandes mídias brasileira e internacional que corroboram para que o Brasil não se desenvolva como uma nação democrática, pois se critica tudo que o governo faz e que assuntos relacionados à diversidade e gênero são tratados como base em fundamentalismo religioso, desse modo impossibilitando o crescimento desse debate em vários setores da sociedade.

Como no portal de notícias do *GI* analisado anteriormente, notamos que os sujeitos que realizaram comentaram na reportagem do *GI* e os internautas que alteraram o perfil de Beauvoir na *Wikipédia* apresentado pelo jornal *Pragmatismo Político*, desconhecem ou negam as contribuições da autora para a emancipação feminina, bem

como para os estudos de gênero. Essas/es internautas buscam deslegitimar os estudos da filósofa por meio de críticas agressivas e sem fundamento acadêmico científico, na tentativa de criar uma imagem negativa da filósofa, colaborando de certa maneira para que os sujeitos não busquem conhecer suas contribuições para os estudos de gênero, igualmente para a emancipação feminina.

4.3 A QUESTÃO DA PROVA APRESENTADA OUTRAS PÁGINAS DA INTERNET

Oficialmente os organizadores do Enem atendem a imprensa e a cobertura jornalística durante a realização do Enem nos dias 24 e 25 de outubro de 2015 no sábado e no domingo. Entretanto as/os jornalistas deveriam seguir os seguintes procedimentos determinados pela organização do Enem:

1. Todas as informações oficiais sobre o Enem de 2015 serão repassadas pelas autoridades do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em Brasília;
2. Não haverá pessoas credenciadas pelo MEC e pelo Inep nas demais unidades da Federação para prestar informações jornalísticas;
3. Coordenadores locais de aplicação de provas e fiscais não estarão aptos nem autorizados a dar entrevistas;
4. Não será permitida, por motivo de segurança do exame, a entrada de equipes de reportagem nos locais de aplicação do exame;
5. Não serão autorizadas, por motivo de segurança do exame, imagens internas dos locais de prova;
6. No domingo, 25, está prevista entrevista coletiva do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e do presidente do Inep, Chico Soares, em Brasília. Eles farão um balanço, com dados preliminares, dos dois dias de aplicação do exame;
7. Os gabaritos das provas serão divulgados até quarta-feira, 28, na [página do Enem](#) na internet, conforme prevê o edital do exame;
8. As assessorias de comunicação social do MEC e do Inep trabalharão em regime de plantão durante todo o fim de semana no endereço eletrônico imprensa@inep.gov.br. (INEP, 2015)

Nessa perspectiva, podemos sugerir que as/os organizadoras/es do Enem buscam controlar as possíveis interpretações dos sujeitos sobre a prova proporcionando uma entrevista com o Ministro da Educação, naquela ocasião Aloizio Mercadante, e o presidente do Inep, Chico Soares naquele momento, com base em dados e balanços do exame para os meios de comunicação, para que as informações que circulam na mídia

sejam oficializadas. Entretanto as interpretações e as opiniões são impossíveis de serem controladas, especialmente com o uso da internet que torna o acesso e as trocas de informações mais rápidas e possivelmente democráticas. Assim, as informações sobre Beauvoir na prova do Enem geraram muito conteúdo midiático na web. Entre os sites trabalhados podemos elencar alguns exemplos de páginas jornalísticas que apresentaram reportagens sobre a temática no ano de 2015 principalmente após a prova do Enem.

O site da *Empresa Brasil de Comunicação – EBC*¹⁵, apresenta um vídeo e comentários do Professor de sociologia Gabriel Melo, falando da importância de discutir gênero e elencando com a retirada do termo dos planos de educação.

Na página virtual de *BBC – Brasil*¹⁶ também apresenta as inverdades de internautas na página do site de informação Wikipédia sobre a filósofa que foram alteradas após a questão da prova de Ciências Sociais ser publicada e onde a filósofa foi acusada de nazista e pedófila.

Na página *Mega Curioso*¹⁷, um site de informações no formato de blog que apresenta notícia de sobre o que mais está sendo comentado na internet, buscou-se apresentar quem foi a filósofa e apresenta a seguinte questão: *Quem foi Simone de Beauvoir, que causou tanta polêmica no Enem 2015?* Desse modo, o site apresenta a autora e comenta sobre a repercussão da prova. O Blog *Gazeta do Povo*¹⁸ apresenta o texto intitulado “O ódio a Simone de Beauvoir no Enem é uma prova de que ela está certa”, relatando a forma como ocorreu a recepção da sociedade brasileira sobre a prova, especificamente relacionada a questão que apresenta Beauvoir, demonstrando que houve grande movimento de repúdio pelos política/os mais conservadora/es do Congresso acusando o MEC de doutrinador. Assim, o texto busca esclarecer a importância dos estudos da filósofa.

No próximo capítulo buscaremos apresentar uma proposta de intervenção nas escolas que utilizam dos meios de comunicação de massa, isto é, uma produção de Jornal Escolar como proposta metodológica de ensino e aprendizado para democratizar

¹⁵Disponível em <http://www.ebc.com.br/educacao/2015/10/caiu-no-enem-professores-destacam-provas-equilibradas-no-primeiro-dia-do-exame> Acesso em 30 de Jul. de 2016

¹⁶Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151028_simone_bauvoir_wikipedia_enem_rb Acesso em 30 de Jul de 2016

¹⁷ Disponível em <http://www.megacurioso.com.br/historia-e-geografia/85566-quem-foi-simone-de-beauvoir-que-causou-polemica-no-enem-2015.htm> Acesso em 30 de Jul. de 2016

¹⁸Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/o-odio-a-simone-de-beauvoir-no-enem-e-uma-prova-de-que-ela-esta-certa/> Acesso em 30 de Jul de 2016

o acesso a informações das/os estudantes com temas relacionados a gênero e diversidade na escola.

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA: UM JORNAL ESCOLAR PRODUZIDO PELAS/OS ESTUDANTES

Os Jornais Escolares são utilizados como práticas metodológicas no Brasil desde o final do século XIX e início do século XX. Com proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889, e em especial com o governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, ocorreu um longo processo de reformas na instituição educacional do país. Os intelectuais e governos republicanos acreditavam que através da educação escolar conseguiriam construir uma identidade nacional, bem como civilizar, disciplinar e higienizar a população para construir um novo modelo de sociedade com bases modernas capitalistas e homogênea. As mudanças na educação foram pautas nas propostas metodológicas apresentadas pelo movimento da Escola Nova no Brasil, - que se colocavam contra as práticas da escola tradicional. Em Santa Catarina entre as novas medidas educacionais daquele momento estavam à criação das Associações Auxiliares da Escola ¹⁹, que funcionavam como instituições que auxiliavam as atividades dentro e fora da escola, possibilitam a aproximação da família e a socialização das/os estudantes, buscando mecanismos de moralizar e civilizar. No Estado as AAEs foram regulamentadas pelo Decreto Estadual n. 2.991 de 28 de abril de 1944, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 09 de maio de 1944, no governo do Interventor Federal Nereu Ramos (1937-1945). Entre as AAEs estão as Associações do Jornal Escolar, responsáveis por organizar o órgão escolar produzido pelas/os alunas/os e professoras/os, com o objetivo de socializar as notícias, novidades, história, poemas, eventos, comemorações, festividades com as/os educandas/os e com a comunidade escolar(MARTINS; RABELO, 2016).

A proposta metodológica de produção dos Jornais Escolares no Movimento da Escola Nova tornou-se conhecida por intermédio do pedagogo Celestin Freinet (1896-1966)²⁰, que utilizava da prática em sua escola no interior da França. Com base na

¹⁹ Sobre as Associações Auxiliares da Escola pesquisar: OTTO, Franciele, As associações auxiliares da escola e a forma de transmissão das dimensões valorativas e moral da sociedade catarinense:o caso das “Ligas de bondade” (1935-1950). 2012. 213f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

²⁰Célestin Freinet nasceu em 15 de outubro de 1896, em Gars na França. Iniciou seus estudos na cidade de Grasse e ingressou na Escola Normal de professores, em Nice. Em 1920, foi nomeado professor assistente em uma escola próximo de Grasse. Nessa escola que Freinet, inicia o trabalho com as técnicas da imprensa escolar. (LEGRAND, 2010)

pedagogia ativa, da qual considerava que a método para a produção dos jornais era o texto livre, sem redações formais e sem a intervenção dos adultos. De acordo com autor “o método Freinet, baseado nos textos livres, a observação e experimentação através da própria vida, a expressão, sob todas as suas formas literárias, científicas, artísticas, permite-nos reunir e apurar o conteúdo do jornal (FREINET, 1974, p. 22).”

Ao longo dos anos, algumas escolas perderam a prática de produção dos impressos escolares, sendo utilizadas apenas em atividades restritas às disciplinas. Nesse sentido, nossa proposta de intervenção nas escolas é a produção de um Jornal Escolar do qual as/os estudantes possam tratar as temáticas referentes a gênero e diversidade na escola. A produção do Jornal Escolar pode dar-se de forma interdisciplinar, com as disciplinas que são oferecidas nas instituições escolares, com o objetivo de conduzir as/os alunas/os para a produção do conhecimento crítico, do mesmo modo que contribui para a formação de estudantes para o acesso às leituras e a formação de opinião.

Nessa perspectiva, buscaremos elucidar as *etapas* que as/os estudantes devem seguir para a realização do impresso escolar, sendo que a edição mensal, o Jornal pode mobilizar todas as classes, bem como o jornal poderá ser produzido de forma impressa e eletrônico. Com a contribuição de uma professora/o orientadora, para organizar as demandas e orientar os temas a serem trabalhados. Assim a 1ª Etapa: dividir as/os estudantes em grupos de cinco a seis alunas/os (com possibilidade de rodízios entre os estudantes para que mais alunas/os participem; 2ª Etapa: Cada grupo irá decidir de forma coletiva e democrática o tema que será apresentado na edição do Jornal; 3ª Etapa: pesquisar na internet, revistas, livros informações sobre as temáticas a serem trabalhadas em cada edição do impresso, relacionados a gênero e a diversidade na escola. 4ª Etapa: o jornal poderá utilizar diversos gêneros literários, textos livres produzidos pelas/os próprias estudantes, recortes de outros jornais e revistas, imagens, entrevistas com educadores/as, gestores/as, alunos/as, responsáveis sobre as temáticas de seus grupos relacionados a gênero e diversidade na escola. 5ª Etapa: o jornal trará a biografia de uma pesquisadora da área de gênero e diversidade para conhecimento da/os estudante. 6ª Etapa: Após os jornais escolares estarem prontos, as/os alunas/os distribuem nas outras séries com o objetivo de esclarecer dúvidas, dar visibilidade as questões de gênero e diversidade e na construção de sujeitos militantes que contribuirão para uma sociedade mais justa e igualitária.

Desse modo, buscaremos repensar essa utilização com a incorporação de novos meios de comunicação como a internet, além de os jornais serem impressos eles podem ser disponibilizados por meio da web, em um local como um blog. Pois, compreendemos conforme Flávia Eloisa Caimi (2014, p. 166) que “uma geração inteira, de modo mais ou menos silencioso, adotou a tecnologia e desenvolveu novas estratégias de aprendizagem, de relacionamento, de convívio social, constituindo um expoente das mudanças sociais relacionadas com a globalização.”

Dorigoni e Silva (s/d, p. 16) argumentam sobre a utilização da internet nas escolas. Para a autora e o autor,

Considerando a importância do fenômeno comunicacional na sociedade mundial e o acelerado processo tecnológico que abrange os mais variados setores da convivência humana, o que se propõe é uma escola contextualizada, que se situe na dinâmica dos novos processos de ensino e aprendizagem colaborativa, com o uso da Internet como mecanismo de desenvolvimento, de criticidade, de colaboração mútua que transforma as informações em conhecimentos sistematizados.

Flávia Eloisa Caimi (2014, 166) chama a atenção sobre a diferenciação entre tecnologia e metodologia em sala de aula, especialmente nas aulas de histórias, todavia suas colocações fazem com que refletimos sobre a utilização da internet nas outras áreas do conhecimento, bem como na elaboração dos jornais escolares. Segundo a autora,

[...] há de se diferenciar tecnologia de metodologia uma vez que o uso por si só da tecnologia não garante um melhor ensino nem uma melhor aprendizagem. A internet, por exemplo, quando utilizada apenas como repositório de informações, favorece a aprendizagem tanto quanto o faziam os antigos enciclopédias escolares fazem os livros didáticos. Por outro lado, tratada no campo metodológico, pode oferecer excelentes oportunidades para o desenvolvimento da capacidade de comunicação, análise, resolução de problemas, gestão e avaliação de informação, entre outras (CAIMI, 2014, p. 175)

Com o objetivo de tornar os assuntos sobre gênero e diversidade mais democráticos entre as/os estudantes, por meio de um instrumento que elas/es possam criar e fazer uso de uma linguagem da qual as/os represente, a utilização da internet torna-se um suporte acessível do qual as/os estudantes estejam familiarizados.

Segundo Gilza Maria Leite Dorigoni e João Carlos da Silva (s/d, p. 14)

Os professores estão sendo convocados para entrar neste novo processo de ensino e aprendizagem, nesta nova cultura educacional, onde os meios eletrônicos de comunicação são a base para o compartilhamento de idéias e ideais em projetos colaborativos.

Nesse sentido, a utilização da web, no processo de ensino e aprendizado, possibilita uma democratização dos conhecimentos e das informações. A escola é um ambiente no qual os/as alunos/as vivenciam diversas experiências e passam pelo processo de saída da infância para a entrada na adolescência e juventude. Este processo de transição é permeado por várias dúvidas, questionamentos, medos, vergonhas como também por experiências positivas ou negativas. Entre essas várias situações vivenciadas pelos/as estudantes no meio escolar, estão as questões relacionadas às questões de gênero e diversidade na escola. Tais questões estão intrínsecas no espaço escolar e geram compreensões em muitos casos errôneas sobre sexualidade e relações de gênero, causando danos para a vida dos/as estudantes/as, como hierarquias, violência e desigualdade de gênero e problemas relacionados a doenças sexualmente transmitidas, gravidez indesejadas, violências sexuais, discriminação e exclusão.

A escola é um ambiente de vivência de troca de experiências e de acesso ao conhecimento, sendo assim esse conhecimento tem o dever de ser democrático, crítico e principalmente um conhecimento que consiga compreender o valor e a importância das diferenças de cada indivíduo dentro de uma análise na qual as igualdades de direitos sejam para todos e todas, ou seja, dar acesso aos direitos respeitando as diferenças de cada um. A proposta de criação de um Jornal Escolar nas escolas possibilita a relação entre pesquisa e ensino, contribuindo para que as/os estudantes construam conhecimento crítico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de tecnologias e o acesso à internet vem crescendo na sociedade contemporânea. Com o objetivo de democratizar o acesso às informações e ao conhecimento, a internet está tomando lugar de outros espaços de comunicações de massa como televisão, rádio e jornais impressos. Os sujeitos cibernautas estão cada vez mais conectados com as redes sociais as páginas de jornalismo online, criando e recriando formas de sociabilidade por meio da web.

No entendimento que a internet e seus usuários possibilitam uma democratização das informações e conhecimentos, chamamos a atenção para os conteúdos que estão sendo disponibilizados na web, pois estamos vivendo uma avalanche de discursos de ódios que desrespeitam os direitos humanos proferidos por sujeitos que utilizam tais meios de comunicação.

A repercussão no meio virtual da citação de Beauvoir na prova do Enem 2015 nos sites de informação e jornalismo da internet, principalmente os comentários dos leitores do site *GI*, apresentou uma população que desconhece o que é gênero e o que seus estudos abarcam, quem foi e o que fez a filósofa e principalmente uma sociedade dividida entre a introdução do debate da categoria de análise gênero nas escolas, isto é, entre os que concordaram e os que não concordaram que esse debate seja realizado nas instituições de ensino brasileiras.

Ocorrendo também nos meios de comunicação, movimentos que hostilizaram e conceberam inverdades sobre a trajetória de Beauvoir, tentando desqualificar a importância de seus estudos para a superação das desigualdades entre homens e mulheres. Entretanto, encontramos resistência e resiliência por grupos que utilizam os espaços na web para defender sua importância para os estudos de gênero e suas contribuições mesmo que binárias para a superação das desigualdades sociais e críticas ao patriarcado.

Ao analisarmos as páginas jornalísticas da web, observamos que os meios de comunicação são fundamentais para o acesso às informações e contribuem para a construção de opiniões e formação do senso crítico.

Ainda que a recepção e a apropriação das reportagens pelas/os leitoras não tenha sido o objetivo dessa pesquisa, podemos sugerir para pesquisas futuras essas temáticas, pois compreendendo a importância da ressonância que essas reportagens têm na

formação de opinião dos sujeitos. Contudo, com base nos comentários realizados, e em especial no site do G1, notamos uma sociedade dividida entre a introdução do debate da categoria de análise gênero nas escolas. Desse modo, se faz necessário reforçar os estudos de gênero a importância que a introdução desse debate no meio escolar, pois, a falta de entendimento sobre a temática gênero faz com que profissionais da educação e de setores ligados ao sistema escolar perpetua que educandas/os acabem reproduzindo e reafirmando as diferenças entre meninos e meninas, contribuindo efetivamente para uma sociedade e uma escola machista, sexista, heteronormativa e heterossexista.

Quando analisamos o cotidiano da sociedade em que estamos inseridas/os dando visibilidade para as questões de gênero, torna-se nítido em um primeiro momento da análise o fato de como algumas relações cotidianas estão naturalizadas, ou seja, não observamos como as relações de gênero estão presentes em nossa vida social, pois de certo modo elas são consideradas “naturais” nas relações sociais em que estamos inseridos cotidianamente. Desse modo, faz-se necessário compreendermos que as relações sociais não são naturais, e sim historicamente construídas em um tempo e espaço, para que assim possamos exercitar nosso pensamento crítico em determinadas situações e (des) naturalizar situações que vivenciamos em nosso dia a dia que são carregadas de preconceitos e discriminações.

Vivemos em uma sociedade que a cultura machista ainda encontra-se prevalente, não conseguimos superar a condição do determinismo biológico para as mulheres, ainda sofrem com violência doméstica, sexual, física, simbólica, psicológica, diferença salarial, dificuldades para a legalização do aborto, entre outras discriminações violentadoras. Desse modo, consideramos que as obras de Beauvoir tornam-se fundamentais para nossa sociedade atual, para a luta de igualdades entre os gêneros como também para a emancipação e libertação das mulheres nas sociedades, pois contrapõe as teorias de submissão da quais estamos inseridas.

Assim a intenção de propormos a prática de produção de um Jornal Escolar, realizado pelas/os alunas/os, que introduza dentro da cultura escolar dos estabelecimentos de ensino com a possibilidade de apresentar questões relacionadas à diversidade e ao gênero contribuiu para que as/os estudantes entendam que os meios de comunicação têm em entre suas funções educativas o papel social importantíssimo na vida em sociedade, pois contribui para o acesso a leitura e formação de sujeitos e opiniões críticos. Desse modo, podendo contribuir efetivamente para análise e

compreensão dos assuntos relacionados à diversidade e gênero na comunidade escolar, desmistificando os entendimentos baseados em uma educação binária, heteronormativa, hierárquica e desigual e promovendo o conhecimento das/os jovens sobre a diversidade sexual e de gênero, contribuindo para a diminuição da violência, vulnerabilidade, desigualdade e exclusão, assim consequentemente contribuindo para o desempenho escolar dos/as jovens, como também o empoderamento dos sujeitos para a vida em sociedade.

Nessa perspectiva, podemos considerar a seriedade desse tema cair na prova do Enem 2015, em meio ao um cenário político tão conservador como o brasileiro naquele momento, em que políticas públicas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas/os pareciam sinalizar um futuro de retrocessos a serem postos. Discutir Gênero na escola contribui de forma significativa para alcançarmos uma educação construída com base nos direitos humanos, fundamentadas nas pesquisas científicas e filosóficas, das quais desenvolveram uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, MarliseMíriam de Matos. **Simone de Beauvoir: uma luz em nosso caminho**. Cadernos de Pagu (12), “Simone de Beauvoir & os Feminismos do Século XX”, CORRÊA, Mariza (org.), Campinas: UNICAMP, Dezembro de 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BARRETO Andreia. et al. **Técnica Quantitativa**. Pós em Gênero e Diversidade na Escola. Universidade Federal de Santa Catarina. 2015. Disponível em: <https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/65462/modresource/content/4/Genero%20e%20religiao%20unidade%201%20GDE.pdf> Acesso em 22 de Jun. de 2016.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: volume único. Tradução Sérgio Milliet. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES, Joana Viera. **Para Além do “Tornar-Se”: Ressonâncias das Leituras Feministas de O Segundo Sexo No Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90067/238949.pdf?sequence=1>

BRASIL. **Lei n. 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Conselho Nacional de Educação, Câmara da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 1998. Acesso em 15 de Jun. de 2016.

BRITTO DA MOTTA, Alda; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia. (Orgs) **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador: NEIM/UFBA, 2000. P.39-48. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/simone.pdf> Acesso em 15 de Jun. de 2016

BRITO, Sônia Maria de Souza. FREITAS, Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida. Gênero, educação e poder: a presumida igualdade e a fabricação das diferenças no espaço escolar. **18º Redor**. Universidade Federal Rural de Recife – PE. 2014. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/597/64> 2Acesso: 30 de Jul. de 2016

CAIMI, Flávia Eloisa. Geração Homo Zappiens na escola: os novos suportes de informação e a aprendizagem histórica. In: MAGALHÃES, Marcelo (Orgs). **Ensino de História**: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CHARTIER, Roger (org). **As utilizações do Objeto Impresso**: Impressos e acabamentos. Tipografia Guerra, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática S.A. 5. Ed. 1995.

DAMACENO, Ana Danoella et al. Pesquisa Documental: alternativas investigativas na formação docente. In: IX congresso nacional de educação – EDUCERE e III encontro Sul brasileiro de Psicopedagogia, 2009, Curitiba: Champagnat, 2009, p. 4556-4566. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf Acesso em: 30 de Nov. de 2015

DORIGONI; Gilza Maria Leite. SILVA; João Carlos da. Mídia e Educação: o uso das novas tecnologias no espaço escolar. **Portal da Secretaria de educação do Estado do Paraná.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1170-2.pdf> Acesso em 17 de Set. 2017.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente.** Porto: Afrontamento, 1991.

FREINET, Célestin. **O jornal escolar.** Portugal: Estampa, 1974.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber.* 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FURLAN, Jimena. **“Ideologia de gênero”? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha.** Centro de Ciências Humanas e da Educação - Laboratório de Estudos de Gênero e Família. Universidade do Estado de Santa Catarina. 2015. Disponível em [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/=ESCLARECENDO%20%20Ideologia%20de%20G%C3%AAnero%20-%20Jimena%20Furlani%2009julho2015%20\(1\).pdf-%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/=ESCLARECENDO%20%20Ideologia%20de%20G%C3%AAnero%20-%20Jimena%20Furlani%2009julho2015%20(1).pdf-%20(2).pdf) Acesso em 30 de Out. de 2016

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. manuais escolares. São Paulo: UNESCO/CECF, 1989.

GRAUPE, Mareli Eliane; SOUSA, Lúcia Aulete Búrico. Gênero e Educação In: GARCIA, Olga Regina Zigelli; GROSSI, Miriam. (Orgs) **Especialização em Gênero e Diversidade na escola:** Livro 2 – Módulo II – 4. Gênero, diversidade sexual e religião. 5. As diferenças de gênero no espaço escolar. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2015.

GRUPO GLOBO. Disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/> Acesso em 03 de Nov. de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Matriz de referência Enem. **Ministério da educação.** 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf Acesso em 29 de Out. de 2016

LAPA, Nádia. G1. 2015. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/questao-sobre-feminismo-no-enem-2015-e-lembrada-nas-redes-sociais.html> Acesso em 18 de Out. de 2016

LEGRAND, Louis. **Célestin Freinet**. Traduzido e organizado por José Gabriel Perissé. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MARTINS, Cintia Gonçalves; RABELO, Giani. "O Jornal Escolar "O Estudante Orleanense": um olhar sobre as mulheres e a maternidade a partir das contribuições de Simone de Beauvoir (1949 – 1973)", p. 1360-1371 . In: Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas [=Blucher Social Science Proceedings, n.4 v.2]. São Paulo: Blucher, 2016.

PASSOS, Elizete. O existencialismo e a condição feminina. In: BRITTO DA MOTTA, Alda; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia. **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador: NEIM/UFBA, 2000. P.39-48. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/simone.pdf> Acesso em: 27/08/2015

PCN. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasil: MEC, 1998.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v.24, n.1, p.77- 98, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v2_4n1.pdf>. Acesso em 21 de Jun. de 2016

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p.265-309

PINTO, Monike Gabrielle de Moura. PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O Enem como referência para o ensino de História**. Disponível: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/673/263> Acesso em 14 de Out. de 2016

PRADO, Eliane Mimese. A importância das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação. **Inter Meio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v.16, n.31, p.124-133, jan./jun.2010. Disponível em http://www.intermeio.ufms.br/revistas/31/31%20Artigo_08.pdf Acesso em 22 de Jun. de 2016.

PRAGMATISMO POLÍTICO. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/pragmatismo-politico-na-revista-locaweb.html> Acesso em 18 de Out. 2016

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana. GROSSI, Miriam (Orgs) **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em

http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf Acesso em 22 de Jul. de 2016

REIS, Ana Regina Gomes dos. **Do segundo sexo à segunda onda: discursos feministas sobre a maternidade.** Dissertação (mestrado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. IN: LOPES, Eliane, M.T; Faria F°, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. (orgs). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte.: Autêntica. 79 - 84 p.

RIBEIRO, Djamila. Pragmatismo Político. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/10/apos-enem-internautas-editam-pagina-de-simone-de-beauvoir-na-wikipedia.html> Acesso em 18 de Out. de 2016

ROWLEY, Hazel. Tê-tê-à-Tê-tê. Tradução de Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006

SAFFIOTI, Heleieth I B. **Primórdios do conceito de gênero.** Cadernos de Pagu (12), “Simone de Beauvoir & os Feminismos do Século XX”, CORRÊA, Mariza (org.), Campinas: UNICAMP, Dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/en/simone-beauvoir-os-feminismos-seculo-xx-1999-12> Acesso: 08 de Jan. de 2016.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf Acesso em 15 de Ago. de 2016

SAMPAIO, Edilma Mota Rodrigues. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas escolas de Campo Grande/MS: a influência na prática pedagógica segundo os professores de Matemática. **Dissertação (mestrado em educação)** – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil.** 2005. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Simon_Schwartzman/publication/225088749_Os_desafios_da_educacao_no_Brasil/links/0fcfd50c5eb1e36e17000000.pdf Acesso em 05 de Out. de 2016

SILVA; Cristiane Rocha et al. O Uso da Análise de Conteúdo como uma Ferramenta para a Pesquisa Qualitativa: Descrição e Aplicação do Método. **Universidade Federal de Lavras Minas Gerais: Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 7, núm. 1, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/878/87817147006.pdf> Acesso em: 20 de Jun. de 2016

SILVA, Lígia Maria Portela da. ALVES, Ana Elizabeth Santos.. Fontes Históricas Documentais e os Estudos sobre o Trabalho e a Educação. **Revista HISTEDBR On-line.** Número 14 – Junho, 2004. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis14/art1_14.pdf Acesso em 15 de Julho de 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade. Porto Alegre, v. 20, 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SOUZA, Lúcia AuleteBúrico; GRAUPE, Mareli Eliane. Gênero e Educação In: GARCIA, Olga Regina Zigelli; GROSSI, Miriam. (Orgs) **Especialização em Gênero e Diversidade na escola**: Livro 2 – Módulo II – 4. Gênero, diversidade sexual e religião. 5. As diferenças de gênero no espaço escolar. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2015.

SOUZA, Samara Falcão Tavares de. OLIVEIRA, Silvia Naarada Silva Pinto. Enem e o Livro Didático: Uma Proposta e Dois Caminhos Divergentes. Anais do **Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa – SIELP** . Volume 3, Número 1. Universidade Federal de Uberlândia: UDUFU, 2014. Disponível em <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/11/1190.pdf> Acesso em 13 de Out. de 2016

SANTOS, Magda Guadalupe dos. O feminismo na história: suas ondas e desafios epistemológicos. In: BORGES, Maria de Lourdes. TIBURI, Márcia. (Orgs) **Filosofia: Machismos e feminismos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

SILVEIRA, Fernando Lang da. BARBOSA, Márcia Cristina Bernardes. SILVA, Roberto da. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**. vol.37 no.1 São Paulo Mar. 2015 Epub Mar 12, 2015 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172015000101101. Acesso em 12 de Out. de 2016

Stoller R. Sex and gender: the development of masculinity and femininity. New York: Science House; 1968.

SOARES, Luiz. Pragmatismo Político. 2014. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/pragmatismo-politico-na-revista-locaweb.html> Acesso em 15 de Out. de 2016

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

THÉBAUD, François. Introdução. IN DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991.

VIÑAO, Antonio Frago. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas**: Continuidades y Cambios, Madrid: Morata, 2002.

_____. Historia de la educación y historia cultural: Posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 0 Set/Out/Nov/Dez, 1995. Disponível em http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINAO_FRAGO.pdf Acesso em 14 de Set. de 2016.

WELTER, Tânia. Gênero, diversidade sexual e religião. In: GARCIA, Olga Regina Zigelli; GROSSI, Miriam. (Orgs) **Especialização em Gênero e Diversidade na escola**: Livro 2 – Módulo II – 4. Gênero, diversidade sexual e religião. 5. As diferenças de

gênero no espaço escolar. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2015.